



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 063

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 063

60ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofício 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Dr. Batista..... 14

Dep. Antonio Belinati 15

Dep. Mário Roque 17

Dep. Reni Pereira..... 19

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 24

Dep. Péricles de Mello..... 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 17

Liderança do PMDB

Dep. Mário Roque..... 18

Dep. Stephanes Júnior..... 30

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira.....20

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri28

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró30

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli31

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente33

Discussão/Votação

Redação Final33

3ª Discussão34

2ª Discussão34

1ª Discussão34

Requerimentos38

Encerramento da Sessão:39

Publicações:

Ata de Comissões

Constituição e Justiça39

Ecologia e Meio Ambiente40

Finanças41

Presidência

Indicações Legislativas43

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

Parecer52

DIÁRIO Nº 063

60ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
15 DE JUNHO DE 2009**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelo Sr. Deputado Teruo Kato e pela Sra. Deputada Beti Pavin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin,

Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Caíto Quintana e Luiz Eduardo Cheida (04).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Accorsi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 043/09

Curitiba, 10/06/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Santa Isabel do Ivaí, do lote nº 6, da quadra nº 49, com área de 360 m2, naquele Município, conforme Matrícula nº 5762, do Registro de Imóveis da Comarca de Santa Isabel do Ivaí.

A presente medida consulta aos interesses públicos eis que o referido imóvel será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de órgãos públicos municipais.

Consta, no anteprojeto de lei em referência, dispositivos expressos no sentido de que tal cessão de uso terá vigência até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes e que o referido imóvel retornará

ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Santa Isabel do Ivaí, do lote nº 6, da quadra nº 49, com área de 360 m2, naquele Município, conforme Matrícula nº 5762, do Registro de Imóveis da Comarca de Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de órgãos públicos municipais, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º A presente cessão terá vigência até 31/12/10, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Quando do retorno do imóvel ao patrimônio do Estado, o Cessionário não terá direito a ressarcimento por investimentos feitos, que passarão a integrar o patrimônio estadual.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. **À Diretoria Legislativa.**

Ofício

OFÍCIO Nº 129/09

Curitiba, 15/06/09.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária do dia 15/06/09 (hoje) por estar em viagem ao Noroeste do Estado, visitando minhas bases eleitorais e, portanto, impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitando ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) **LUIZ ACCORSI**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 727/09

SÚMULA:

Requer ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião que sejam pagos aos funcionários públicos estaduais valores retroativos à data base de 1º de maio referente ao reajuste salarial aprovado em 20 de maio próximo passado.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva que sejam pagos aos funcionários públicos estaduais valores retroativos à data base de 1º de maio referente ao reajuste salarial aprovado em 20 de maio próximo passado.

A Lei nº 15512, de 31/05/07, instituiu o dia 1º de maio de cada ano como data para a revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos estaduais, também chamada de data base.

Considerando o processo de retomada das carreiras públicas pelo atual Governo do Paraná, o princípio da legalidade e o senso de justiça com o conjunto dos servidores públicos, faz-se imprescindível que os valores do reajuste anual concedido retroajam ao dia 01/05/09, conforme determina a lei.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO Nº 728/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Transportes a construção de ciclovias nos termos que especifica.

Senhor Governador, Senhor Secretário de Transportes:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Transportes a construção de ciclovias na PR-555, num trecho de 800 (oitocentos metros) no Município de Nova Esperança, no Distrito de Barão de Lucena.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

A estrada acima referida está às margens da rodovia PR-555, chamada rodovia Julio Zacharias, é via por onde transitam ônibus escolares, ciclistas e pedestres num trecho de 800 (oitocentos metros).

Dispensável, portanto, destacar aqui o valor, a necessidade e a importância que a construção dessa ciclovias terá para essa comunidade.

Certos de poder com o auxílio do Governo do Estado do Paraná, dirigimo-nos a V. Exas., na esperança de que essa obra seja viabilizada.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2852

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 097/09, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PASTOR EDSON PRAZCYK

REQUERIMENTO Nº 2901

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento dos Projetos de Resolução de nºs 08, 09, 10 e 11/09, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2861

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja reservado o plenarinho desta Casa de Leis no dia 17/06/09 das 09h às 12h para a realização de reunião com o Fórum Paranaense de Economia Solidária.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 2862

Senhor Presidente:

O Deputado Luiz Claudio Romanelli, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a formação de uma Comissão Especial de sete (7) membros para acompanhar a coleta de assinaturas e tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Iniciativa Popular que institui o Plano Diretor de Transporte e Infraestrutura, cria o Fundo Nacional de Transportes, normatiza as concessões rodoviárias no Brasil, define a natureza jurídica do pedágio e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR

Art. 1º Institui-se o Plano Diretor de Transportes e Infraestrutura, a normatização ao sistema de pedagiamentos e concessão rodoviária em todo o território nacional.

Do Pedágio

Art. 2º Entende-se por pedágio qualquer quantia pecuniária paga em espécie qualquer como quesito pelo direito de passagem ou ainda, pelo simples uso da via pública.

Art. 3º A natureza jurídica do pedágio é de taxa, delegado pelo poder concedente (Estado) à concessão que se incumbirá de construir com recursos próprios a autovia, cujo projeto será amplamente discutido nas casas legislativas atinentes ao foro da rodovia, e em Audiências Públicas.

Art. 4º A partir da publicação desta lei, fica vetada a renovação das atuais concessões das rodovias pedagias.

das, sem garantia aos concessionários de poderem deter qualquer processo de revisão.

Art. 5º A instituição de pedágio dar-se-á em rodovias particulares, construídas a partir da publicação desta lei, sendo vedado ao Estado a concessão de qualquer via ou logradouro público com menção contratual de pedágio.

Das Concessões Rodoviárias

Art. 6º Considera-se *res extra commercium* toda rodovia ou via de acesso em território nacional, inclusive, as que forem construídas com recursos particulares, cuja transmissão de concessão só poderá realizar-se mediante lei específica.

Art. 7º Não se instituirá pedágio, nem se concessionária qualquer via de uso em perímetro urbano.

§ 1º A via em questão deve ter seu início e término dentro do perímetro urbano.

§ 2º Não se instituirá qualquer forma de cobrança para uso e circulação de porções territoriais, mesmo que urbanas.

Art. 8º A relação jurídica entre o concessionário e o usuário será de prestação de serviço, cabendo em qualquer lide, a aplicação da legislação do consumidor.

Art. 9ª A instituição de pedágio, qual seja a espécie, em qualquer estrada estará condicionada à coexistência de rodovia paralela, pública e gratuita, que deverá atender sob responsabilidade da esfera estatal competente o usuário nas mesmas condições de pavimentação que a rodovia particular.

Art. 10. A qualquer momento o Estado deterá o direito de encampação, com uso de seu poder discricionário, mediante lei e decreto autorizativos, e com o depósito e juízo da quantia de benfeitorias executadas pelo concessionário pelos 10 últimos anos de concessão, quando de contrato anterior a esta lei, excluindo-se os encargos com construção, quando de contrato posterior a esta lei.

Art. 11. A intervenção será decretada pelo poder concedente pelo prazo máximo de 90 dias, renováveis, através de instrumento legal próprio, imbuído dos argumentos relevantes para tal ato.

Art. 12. Estarão isentas da cobrança de pedágio caminhões transportadores de alimentos, carros oficiais, ambulâncias e carros de emergência similares.

Art. 13. Não se cobrará pedágio de veículo automotor com emplacamento da Cidade onde se encontrar a praça coletora.

Art. 14. Não se admitirá outra forma de pagamento do pedágio se não pela praça coletora, ficando proibidas as de fotometria ou quaisquer outro meio eletrônico.

Art. 15. Admitir-se-á as formas de pagamento contidas no comércio em geral.

Art. 16. Não será de direito a concessionária deter poder de polícia nos trechos de sua responsabilidade, embora se incumba da fiscalização e manutenção.

Do Pedágio de Conservação

Art. 17. Fica admitida a instituição de pedágio de conservação, dentro dos seguintes ditames:

I - O contrato de concessão não ultrapassará quatro anos, renováveis uma única vez, por prazo igual.

II - Só se instituirá o pedágio de manutenção quando o Chefe do Poder Executivo responsável pela rodovia prever em sua campanha eleitoral tal feito.

§ 1º A previsão em campanha deve constar, no mínimo, no programa de Governo, registrado em cartório de Títulos e Documentos, com publicidade no transcurso da campanha eleitoral.

§ 2º Em pelo menos um programa de Rádio e TV, deve o candidato ter exposto a proposta que inclui a concessão de pedágio.

III - Em caso de instituição de pedágio sem a previsão em campanha, deve estar ser antecedida via autorização popular, pelo exercício direto da democracia, nos termos constitucionais.

Parágrafo Único. O instrumento de consulta popular será o plebiscito, em toda porção territorial da unidade federada, com prazo anterior de 12 meses da previsão de concessão.

IV - Obedecer-se-á aos princípios da modicidade tarifária e proporcionalidade, sendo que as taxas de pedágio só poderão ser reajustadas com autorização do legislativo, mediante lei.

Do Plano Diretor de Transportes e Infraestrutura

Art. 18. Fica instituído o Plano Diretor de Transportes e Infraestrutura, com o afã de organizar as matrizes de transportes, e dinamizar as distribuições em varejo nos grandes centros urbanos.

I - O Plano Diretor de Transportes e Infraestrutura será elaborado por cada Estado e pela União, e ainda, pelos Municípios com população superior a 500 mil habitantes.

II - Terá o Plano Diretor de Transportes e Infraestrutura previsão de expansão da malha viária, priorizando, quando viável, os transportes por ferrovias e hidrovias, e ainda, a modalidade de cabotagem.

III - Criar-se-á nas grandes Cidades os Centros de Integração de Transportes - CITRANS - com finalidade de aglomerar em um só centro várias modalidades de transportes, facilitando a distribuição em meio densamente urbanizado de produtos em varejo.

§ 1º Os CITRANS devem ser previstos dentro dos Planos Diretores de Transportes e Infraestrutura.

§ 2º Os CITRANS abrigarão serviços aos usuários de rodovias, pátio para estacionamento, bem como espaço para depósito de cargas.

§ 3º Fica proibida a circulação de caminhões de carga, carregados, no meio urbano após a instituição do CITRANS.

IV - Poderão os entes que formularem seu Plano Diretor de Transportes e Infraestrutura, disporem, também, de recursos da CIDE Combustíveis, para sua execução.

Do Fundo Nacional de Transportes

Art. 19. Fica instituído o Fundo Nacional de Transportes, vinculado ao Ministério dos Transportes, que agregará todo o montante financeiro arrecadado com repasses destinados aos transportes, inclusive advindos por Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE.

Parágrafo Único. O Fundo Nacional de Transportes publicará semestralmente os balanços e aplicações de seus recursos.

Da Extinção da ANTT

Art. 20. Extingue-se a Agência Nacional de Transportes Terrestres, passando seus quadros e objetivos ao Ministério dos Transportes.

Disposições Finais

Art. 21. Esta lei entrará em vigor de imediato após sua publicação, ficando todas as disposições em contrário, em especial as matérias congêneres dispostas nas Leis nºs 8031/90, 8987/95, 9074/95, 9277/96 e 10233/01.

REQUERIMENTO Nº 2853

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votos de pesar pelo falecimento do advogado Ivo Shizuo Sooma, ocorrido na Cidade de Umuarama, na segunda-feira, 08 de maio. Defensor das liberdades democráticas e dos direitos humanos, o advogado deixou marcar em sua atuação e uma infinidade de amigos e admiradores.

Ivo Shizuo Sooma formou-se em 1961 pela USP (Faculdade de Direito de Largo São Francisco), de São Paulo, chegando a Umuarama no ano seguinte; participou da fundação da subseção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), sendo seu secretário e secretário geral entre 1975 e 1976, quatro vezes presidentes (gestão 79/80, 87/88, 89/90 e 91/93) e seis vezes vice-presidente

(entre os anos de 1978 e 1997). Entre as inúmeras atividades que desenvolveu, o ilustre advogado foi fundador e presidente do Centro de Estudos de Umuarama (CEU); membro da Comissão das Diretas-Já (1984); membro da Comissão de Participação Popular na Constituinte de 1988; membro da subcomissão do Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos da OAB nacional; integrou o Movimento dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; tendo sido agraciado com o título de Cidadão Honorário de Umuarama, em 1996, pela Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 2860

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e profundamente consternado, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos Voto de Pesar pelo falecimento do advogado Goyá Campos, ocorrido sexta-feira, dia 12, nesta Capital.

Requer, ainda, que se dê ciência deste requerimento à família do extinto, na pessoa da Sra. Ildhayr Milano Campos.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) CAITO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Faleceu na última sexta-feira, dia 12 de junho, o Dr. Goyá Campos, brilhante advogado, especializado em Direito Eleitoral, sério e competente.

O Dr. Goyá, figura bastante conhecida nos meios políticos, foi Procurador Geral de Curitiba, entre 1986 a 1989; Secretário de Estado da Justiça, entre 1991 a 1993; Auditor do Tribunal de Contas e membro do Conselho Penitenciário do Paraná.

Foi uma grande figura pública e, segundo depoimento dos amigos e familiares, um pai de família exemplar, além de defensor dos direitos das minorias.

Seu falecimento, vítima de fibrose pulmonar, aos 80 anos de idade, deixa consternados não somente sua esposa, filha e neta, mas um incontável número de amigos e correligionários que privaram de seu convívio.

Nossas condolências e inteira solidariedade à família enlutada, neste momento de tristeza e dor pela perda do ente querido, na certeza de que o exemplo por ele deixado e a lembrança dos momentos compartilhados serão o alicerce que os ajudará a superar o vazio de sua ausência.

REQUERIMENTO Nº 2863

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nadir Ladiane, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2864

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Adolfo Miiler, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2865

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alceu Bueno de Melo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2866

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alvacir Rodrigues Biscaia, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2867

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Julia Laskos Cosmoski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2868

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Padilha, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2870

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Maria Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2871

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Geraldo Pontes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2872

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Thereza Strelmel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2873

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sergio Gerson, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2874

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nicolau Baby, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2875

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Michel Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2876

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Luiza Marose, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2877

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Isabem Pereira Carvalho, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2878

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Avanir Machado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2879

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Diva Marilene Dubinsk, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2880

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana Mileski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2881

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dejalina Rodrigues Conrado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2882

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Gervásio Raimundo Biancato, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2883

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Gerta Hinsching Machado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2884

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Francisca Maria de Sousa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2885

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Conceição Pereira do Cremo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2886

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonia Clara Pereira Brosca, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cecília de Aeraújo de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Anélio de França, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2898

Senhor Presidente:

O Deputado Elton Welter, que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Helena Denchura Bach, de 82 anos, mãe do Bispo Diocesano de Toledo Dom Francisco Carlos Bach, ocorrido no dia 11 de junho na cidade de Toledo.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 2900

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Advogado Sr. Goyá Campos, ocorrido no último dia 12 nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 12 de junho, o Advogado Goyá Campos aos 80 anos de idade. Era filho de Lourival Álvares de Campo. Deixa viúva Ildahyr Milano Campos, uma filha e uma neta.

O Dr. Goyá Campos foi procurador-geral do Município de Curitiba (1986/1989), Secretário de Justiça do Governo do Paraná (1991/1993), Auditor do Tribunal de Contas, membro do Conselho Penitenciário do Paraná, advogado do PMDB e advogado especializado em direito eleitoral.

O Advogado Dr. Goyá, foi um dos principais especialistas em legislação eleitoral do país. Também foi um dos fundadores do PMDB do Paraná.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que o adorava despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Imploramos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares do Dr. Goyá, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Campos endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2902

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos anais desta Casa, votos de pesar, para a família da Sra. Helena Fadaele de Lima, falecida em Maringá no último dia 12 deste mês, vítima de câncer pulmonar.

A falecida era viúva do ex-radialista, Ari de Lima, que foi 2 vezes Vereador em Maringá e exerceu um mandato como Deputado Federal.

Dona Helena chegou em Maringá em 1952, sempre participando de atendimentos de assistência social em Maringá.

Fundou junto com sua filha, em 1965, o Lar Betânia. Participava da Igreja Missionária onde se ocupava também com a assistência social.

Dona Helena era mãe do jornalista César Lima, que exerce sua profissão a longos anos em Maringá.

Os sentimentos do Poder Legislativo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2903

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Kenichi Uehara, com 80 anos de idade, no último dia 10 de junho, em Cianorte.

Kenichi Uehara era filho do Sr. Guensaku Uehara, e da Sra. Mauchi Uehara. Deixa viúva a Sra. Fussako Uehara e um (01) filho Kenzi Uehara. Deixa ainda 6 (seis) irmãos e uma (01) irmã.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

Apoiamento:

Stephanes Júnior

REQUERIMENTO Nº 2904

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento do Sr. Toshiyuki Mizuta, solteiro, aposentado, com 63 anos de idade, no último dia 07 de junho, em Maringá.

Toshiyuki Mizuta era filho do Sr. Toshimitsu Mizuta, falecido, e da Sra. Sakae Mizuta. Deixa 8 (oito) irmãos; Kazutoshi Mizuta, Miyoko Ohashi, Tomio Mizuta, Kiyoko Mizuta Kako, Toshiaki Mizuta, Satie Mizuta Nakagawa, Toshie Mizuta Weiss e Shizue Mizuta. Deixa ainda, cunhados e sobrinhos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO N° 2854

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao casal Pedro e Ondina Violani, em razão dos 73 anos do matrimônio.

Casaram-se em 1936, quando Hitler fazia aliança com Mussolini, Eduardo VIII renunciava ao trono da Inglaterra e Chaplin filmava “Tempos Modernos”.

Os Violani já somavam mais de 30 primaveras juntos quando Vargas saiu da vida para entrar na história. Passavam dos 40 anos de casamento no dia em que JK inaugurou Brasília.

A história do casal é inspiradora e leva à reflexão sobre a necessidade da preservação dos valores familiares.

É com satisfação que a Assembleia homenageia esse casal!

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2855

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após consulta e aprovação dos nobres Pares, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à rádio Paiquerê AM, de Londrina, de propriedade do empresário JB Faria. Em nova demonstração do elevado nível de sua programação radiofônica, a Paiquerê é uma das sete emissoras que conseguiu comprar os diretores de transmissão da Copa das Confederações 2009, que está sendo disputada na África do Sul, com a participação da seleção brasileira de futebol, comandada pelo técnico Dunga.

A Paiquerê AM é uma das pouquíssimas emissoras de rádio presentes nos grandes acontecimentos mundiais de futebol, já tendo participado com sua equipe de seis Copas do Mundo de Futebol.

É a demonstração, inequívoca, de uma rádio de 1° mundo, do respeito de JB Faria aos anunciantes e aos ouvintes do Paraná, parte de São Paulo e de Mato Grosso, além de ser sintonizada em todo o planeta Terra, através da internet.

Requeiro que a decisão desta Assembleia seja comunicada à direção da Paiquerê. Com o reconhecimento e o aplauso pelo excelente trabalho da equipe de tão respeitada estação de rádio.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 2856

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Sr. Jonas Leite Chaves, pelo lançamento do livro República da Estrela - “Resgate de um fato social e político”. A festa de lançamento da importante obra foi programada para a Livraria Curitiba, da capital paranaense.

O autor, também empresário, é cidadão paraibano, mas radicado há mais de 30 anos no Paraná, já tendo exercício com muita competência e dignidade o cargo de Secretário da Fazenda do Município de Londrina, em cuja gestão conseguiu viabilizar recursos financeiros para a execução de duas majestosas obras: a nova estação rodoviária, projeto do arquiteto Oscar Niemayer; e a mudança da linha férrea. Os londrinenses são eternamente gratos e reconhecem que a presença de Jonas Leite Chaves no comando das finanças de Londrina é que tornaram possíveis essas obras que deram extraordinário impulso no desenvolvimento urbano da Cidade.

Requeiro que a decisão desta Assembleia seja comunicada ao Sr. Jonas Chaves Leite. Com o reconhecimento e o aplauso pelo excelente trabalho realizado.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 2859

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Clevelândia pela passagem, no próximo dia 28/06/09, de seus 117 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Ademir José Gheller, Prefeito Municipal, ao Exmo. Sr. Sadi Fazolo, Vice-Prefeito Municipal, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar sempre presente nos acontecimentos que marcam a vida da população da querida e hospitaleira Clevelândia, manifesta a sua satisfação por estar participando do progresso dessa Cidade que jubilosamente estará comemorando seus 117 anos de existência.

Queremos nesta oportunidade saudar o Sr. Prefeito Municipal, Ademir José Gheller, o Vice-Prefeito Sr. Sadi Fazolo, os Srs. Vereadores, bem como toda a população.

A passagem dos 117 anos de Clevelândia representa muito mais que uma comemoração, é um evento que marcará, além do seu registro histórico, um Município renovado pela fibra do seu povo ao longo desses anos.

Clevelândia, fruto da visão administrativa de sucessivos governantes municipais e de seu povo trabalhador, abriu suas portas para a industrialização, e o Município consta hoje com extraordinárias empresas industriais e comerciais.

Hoje, Clevelândia pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, dentre eles este Deputado, ali nascidos ou vindos de outras plagas. É um acervo de tradições, que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações. Daí as muitas figuras titulares que ornamentam a genealogia.

Ao contentamento da população clevelandense, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar como representante do povo, pois, estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO N° 2899

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulações a Igreja Ucrânia de Campo Mourão - Paróquia Santíssima Trindade pela comemoração de seu 50° aniversário de fundação.

Fundada em 08/04/59, em madeira, tendo como primeiro Padre o Sr. Waldomiro Solonka e reformada em 1968, atualmente é conduzida pelo Padre Emerson Spak.

Neste final de semana fiéis de toda a região foram comemorar com uma celebração esta data tão importante.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Padre Emerson Spak.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho e demonstrar os nossos mais sinceros votos de Congratulações.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 2907

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulação ao Cônsul-Geral do Japão em Curitiba, Sr. Soichi Sato. Nascido em Date, Província de Fukushima, em 21/05/49, em 1973 graduou-se pela Universidade de Línguas Estrangeiras de Tóquio, ingressando no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) do Japão em 1974 e, a partir desta data, teve carreira brilhante no corpo diplomático japonês: foi Primeiro Secretário da Embaixada do Japão e, Brasília a partir de 1991; em agosto de 1994 foi nomeado Diretor Assistente da Divisão de Assuntos Consulares e de Emigração do MNE; em julho de 1997 foi nomeado Cônsul do Consulado Geral do Japão em Belém; em setembro de 2000 foi nomeado Conselheiro na Embaixada do Japão na República Dominicana; em agosto de 2002 foi nomeado Cônsul-Geral Adjunto no Consulado Geral do Japão em São Paulo; em outubro de 2004 foi nomeado Coordenador Sênior da Divisão de Pessoal do MNE; finalmente, em março de 2007 foi nomeado Cônsul-Geral do Japão em Curitiba. Assumiu a chefia do Consulado Geral do Japão em Curitiba em 07/05/07, função que tem exercido com

destaque, e na qual desenvolve trabalho notável. Seja ao tratar da integração cultural Brasil-Japão, seja ao apoiar os brasileiros descendentes de japoneses aqui residentes ou japoneses que visitam o Estado do Paraná, o trabalho do Sr. Soichi Sato tem sido exemplar e inspirador.

Por essa razão, esta Casa se sente honrada em reverenciar a história de vida e a capacidade de realização do Sr. Soichi Sato, e se associa, com júbilo, às merecidas homenagens a ele prestada por ocasião da celebração dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil.

Requer-se à Mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao Sr. Soichi Sato, no Consulado-Geral do Japão em Curitiba.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO N° 2890

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Fran's Café Batel.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Fran's Café Batel, que através de sua culinária e de seus cafés, transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida e da boa bebida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de um café de excelência, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável, onde o espetáculo é o Fran's Café Batel.

REQUERIMENTO N° 2891

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Confeitaria Requite.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Confeitaria Requite, nascida com o objetivo de ser uma boutique de pães, tornou-se uma confeitaria que prima pela qualidade da matéria-prima, a criatividade nas receitas e preocupação em cada detalhe no preparo de pães, doces e salgados, sua culinária transmite à sociedade curitibana, os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma confeitaria de excelência, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável e aconchegante, para quem exige confeitados deliciosos e sempre bem feitos, fazendo parte do dia a dia de seus clientes, sendo um sabor de Curitiba.

REQUERIMENTO N° 2892

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Provence Boulangerie.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Provence Boulangerie, nascida da inspiração da região francesa de Provence, tornou-se uma padaria que prima pela qualidade da matéria-prima, a criatividade nas receitas e preocupação em cada detalhe no preparo dos pães, dando atenção a adoção de ingredientes naturais e selecionados, sua panificação transmite à sociedade curitibana, os prazeres do bom paladar, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma panificadora de excelência, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável e aconchegante, para quem exige variados pães feitos com arte, fazendo parte do dia a dia de seus clientes, conferindo a seus produtos um sabor único.

REQUERIMENTO N° 2893

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Saint Germain Panificadora e Confeitaria.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Saint Germain Panificadora e Confeitaria, uma padaria que prima pela qualidade da matéria-prima, a criatividade nas receitas e preocupação em cada detalhe no preparo de pães, um jeito francês de panificar com êxito, evocando sua origem francesa não só no sortimento, mas também em sua filosofia de trabalho, sua panificação transmite à sociedade curitibana, os prazeres do bom paladar, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma panificadora de excelência, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável e aconchegante, fazendo parte do dia a dia de seus clientes, um conceito diferente e sofisticado de padaria.

REQUERIMENTO N° 2894

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rede Mabu de Hotéis & Resorts.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rede Mabu de Hotéis & Resorts, grupo hoteleiro do Paraná com mais de 35 anos no mercado, oferecendo o melhor conforto em seus apartamentos e suítes, com grande ênfase em sua gastronomia, um diferencial marcante em sua proposta, servindo qualidade e o melhor custo benefício, revolucionando o conceito de hotelaria com a melhor infraestrutura, lazer e eventos desafiando as pessoas a usufruir o máximo das coisas boas da vida, com espírito de simplicidade, bom gosto, excelência, sentido de amizade e de família, cuidando de seus hóspedes, integrada à comunidade com respeito ao planeta, características dos produtos e serviços da rede, tornando a hospedagem uma experiência memorável.

REQUERIMENTO N° 2895

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Centro Acadêmico Sobral Pinto pelos 25 anos.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Centro Acadêmico Sobral Pinto pelos 25 anos, atuando de forma significativa como entidade máxima de representação dos estudantes do curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que vem neste período, lutando junto à instituição, pela busca da excelência no curso, procurando atingir o máximo de qualidade no ensino e na qualificação dos mestres que lhes transmitem o conhecimento, demonstrando responsabilidade acadêmica e social.

REQUERIMENTO N° 2889

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de solicitação de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o urgente reparos na PR-340, entre os Municípios de Castro e Tibagi, tendo em vista as más condições de conservação daquela PR.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 297/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a Sistema Integrado de Resgate Mauá da Serra - SIRMAS, com sede e foro no Município de Mauá da Serra/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Sistema Integrado de Resgate Mauá da Serra - SIRMAS, com sede e foro no Município de Mauá da Serra/PR, tem como finalidade preservar a Saúde, Segurança e Meio Ambiente; atuar junto a organização civis de natureza pública e privada; realizar palestras nas escolas, igrejas e centros comunitários relativos à Saúde, Segurança e Meio Ambiente; proteger e salvar os bens materiais e vidas dos habitantes em casos de calamidade pública, incêndios, acidentes, atos de violência e socorro de urgência; assessorar grupos de estudantes e demais interessados nas práticas de trabalhos comunitários, referente a Saúde, Segurança e Meio Ambiente.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem estar da sociedade que se volta para a assistência social. Mediante o supracitado, solicito o apoio do nobres Pares desta colenda Casa, ao plano de lei que ora apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 298/09

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É de responsabilidade das indústrias farmacêuticas, das empresas de distribuição de medicamentos e das farmácias, drogarias e drugstores darem destinação final e adequada aos produtos que estiverem sendo comercializados nestes estabelecimentos no Estado do Paraná, que estejam com seus prazos de validade vencidos ou fora de condições de uso.

§ 1º Para efeito desta lei, considera-se farmácia o estabelecimento de manipulação de fórmulas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos.

§ 2º Para efeito desta lei, considera-se drogaria o estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais.

§ 3º Para efeito desta lei, considera-se drugstore o estabelecimento que, mediante auto-serviço ou não, comercializa diversas mercadorias, com ênfase para aquelas de primeira necessidade, dentre as quais alimentos em geral, produtos de higiene e limpeza e apetrechos domésticos, podendo funcionar em qualquer período do dia e da noite, inclusive nos domingos e feriados.

§ 4º Para efeito desta lei, considera-se empresa de distribuição aquela que fornecer insumos e medicamentos às farmácias, drogarias e drugstores.

§ 5º Para efeito desta lei, considera-se indústria farmacêutica o fabricante de medicamentos e insumos necessários à sua manipulação.

Art. 2º Os medicamentos cujos prazos de validade venham a expirar em poder das farmácias e das empresas de distribuição de medicamentos serão imediatamente recolhidos pelo fornecedor direto do medicamento (distribuidor ou indústria).

Art. 3º É assegurado às farmácias, drogarias, drugstores e distribuidoras a substituição do medicamento vencido recolhido, por parte do seu fabricante, ficando o custo a cargo único e exclusivo da indústria farmacêutica.

Parágrafo Único. Exclui-se do *caput* desse artigo os medicamentos vencidos que ultrapassarem o prazo de 60 (sessenta) dias de seu vencimento.

Art. 4º A substituição dos medicamentos vencidos, a cargo da indústria farmacêutica, no caso das farmácias, drogarias e drugstores, ocorrerá através de seus fornecedores diretos, especialmente as distribuidoras de medicamentos, que serão responsáveis solidários pela substituição ou ressarcimento dos medicamentos vencidos.

Art. 5º A destinação, substituição ou ressarcimento dos medicamentos vencidos é obrigatória para todos os fabricantes de medicamentos, independente do seu domicílio.

Art. 6º A partir do dia que expirar o prazo de validade dos medicamentos, as farmácias, drogarias, drugstores e distribuidoras informarão ao seu fornecedor direto, por meio eletrônico, fax símile, carta registrada ou qualquer outro meio formalmente comprovável, a lista de medicamentos que tenham seus prazos de validade vencidos a fim de que sejam tomadas as medidas determinadas por esta lei.

§ 1º No prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento das informações de que trata o *caput* deste artigo, os fabricantes ou as empresas de distribuição de medicamentos providenciarão o recolhimento dos produtos para a destinação legalmente aplicável a cada caso.

§ 2º Os medicamentos serão devolvidos pelas farmácias, drogarias, drugstores ao seu fornecedor direto (distribuidor ou indústria de medicamentos) mediante a emissão de nota fiscal de devolução, discriminados um a um, onde constará a relação dos medicamentos devolvidos, com protocolo de recebimento, para posterior substituição ou ressarcimento.

§ 3º A substituição a que se refere o artigo 3º pelas indústrias farmacêuticas dos medicamentos cujos prazos de validade expirem em poder das farmácias e das empresas de distribuição dar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação do detentor do estoque.

§ 4º Caso o medicamento cuja devolução seja devida não seja mais fabricado, fica a indústria farmacêutica obrigada a restituir a farmácia, drogaria, drugstore ou ao distribuidor, as quantias pagas, monetariamente corrigidas.

Art. 7º Considera-se antecipadamente vencido o medicamento cuja posologia não possa ser inteiramente efetivada no prazo de validade ainda remanescente.

Art. 8º A inobservância dos dispositivos constantes na presente lei, além de sujeitar os infratores as penalidades previstas na Legislação Sanitária e Ambiental vigentes, acarretará em multa mensal equivalente a 10% (dez por cento) do valor constante da nota fiscal de devolução dos medicamentos vencidos, em benefício da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.

Art. 9º A atividade que tenha por objetivo a destinação final dos medicamentos vencidos ou fora de condições de uso, a ser exercida no território do Estado do Paraná, deve ser submetida a prévia análise e licenciamento ambiental do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, de conformidade com as normas ambientais vigente.

Art. 10. A fiscalização da presente lei fica a cargo dos órgãos que compõem o Sistema de Vigilância Estadual e Municipal do Estado do Paraná.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 13039/01.

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei que aqui propomos, tem como objetivo inserir um novo contexto para que se ressalte a importância da questão dos medicamentos vencidos à população e ao meio ambiente.

Visamos buscar uma solução que urge da vontade da sociedade civil apresentando o presente plano de lei com o objetivo de sanar as graves consequências que os medicamentos vencidos causam ao meio ambiente, especialmente quando não conferido destino final adequado.

É fato cientificamente comprovado que a destinação final do medicamento deve ser realizada pelo seu produtor (indústria farmacêutica), porquanto é esse que detém *know how* necessário à plena neutralização das moléculas que o compõem, para posterior depósito no meio ambiente.

Destaca-se que fizemos incluir no projeto de lei a necessidade do produtor dos medicamentos reporem aqueles que venham a vencer no mercado varejista e atacadista, baseado no pressuposto de incentivar os proprietários de farmácias, drogarias, drugstores e distribuidoras de medicamentos a proceder o encaminhamento desses resíduos nocivos ao meio ambiente ao seu produtor, para a correta neutralização e descarte.

Ainda atribui-se competência fiscalizatória ao Sistema de Vigilância Estadual e Municipal do Estado do Paraná, como forma de dar vazão ao princípio da eficiência no artigo 37 da Constituição Federal, já que as mesmas procedem fiscalizações hodiernas nas empresas que comercializam medicamentos.

Visa-se com tal medida dar efetivo cumprimento ao disposto no artigo 225 da Constituição Federal que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Por outro viés, a adequada destinação dos medicamentos vencidos, na forma proposta, previne casos graves de ingestão de medicamentos impróprios ao consumo, chegando, muitas vezes, a casos fatais.

Destacamos que proposição semelhante já foi aprovada pelo Estado de Santa Catarina, Lei nº 11190, e, quando implantada no nosso Estado, muito beneficiará a população dos Municípios paranaenses, com um universo de 5 mil farmácias.

Outrossim, a matéria vem de encontro com a legislação estadual existente, tendo visto que a Lei nº 12493, em seu artigo 5º, prevê a destinação final dos medicamentos ser de responsabilidade da indústria farmacêutica.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista (PMN)

O SR. DR. BATISTA

Sr. Presidente, enciclopédia desta Casa, Deputado Anibelli; Sr. 1º Secretário, Deputado Teruo Kato; Sra. 2ª Secretária, Deputada Beti Pavin, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje temos um projeto da nossa autoria aqui nesta Casa, e sempre pensamos em realizar este grande sonho para o Estado do Paraná: veja bem, Sr. Presidente, fazemos um trabalho na Cidade de Maringá e toda região sobre medicina preventiva. Nós damos ensinamentos de como funciona a medicina preventiva, como se previne. Ensinamos aos alunos nas escolas, nas empresas, entidades, encontros de noivos, todas as Igrejas, não importa o credo, que a medicina preventiva ainda é a melhor cura, sempre foi a melhor cura!

Sempre digo aos meus pacientes que eles têm que aplicar e gastar na saúde! Não adianta, Sr. Presidente, tantas pessoas fazem tantas economias, só falam em fazer economia, e me dizem no consultório: “Dr. Batista, se um

dia eu ficar doente tenho uma economia guardada para que possa gastar na doença.” Eu já digo o contrário aos meus pacientes: eu prefiro que você gaste todas as suas economias na saúde, para manter a saúde. Mantendo essa saúde, com certeza não vai ficar doente!

Sr. Presidente, fiz este projeto para que todos os Deputados apreciem, olhem bons olhos, um projeto de medicina preventiva em todo o Estado do Paraná, um trabalho que eu faço há mais de 25 anos, um trabalho que você ensina o paciente a não ficar doente através de uma boa alimentação, uma alimentação rica em fibras.

Já pensaram, na segunda semana de outubro, todos os anos, que é a semana que tem o Dia do Médico, dia 18 de outubro, naquela semana todos os médicos apresentam à toda população, nas escolas, nas empresas, vou dar um exemplo: você leva um neurologista a uma escola e pede a ele para ensinar como seu paciente não ter um derrame cerebral, um derrame hemorrágico, um derrame isquêmico. Ele vai explicar toda a patologia e como evitar, principalmente os hipertensos, os que têm a pressão alta e muitos deles não sabem que são portadores de uma hipertensão arterial, ou seja, que têm pressão alta. Quando medem a pressão levam aquele tamanho susto: “Nossa, pressão alta, eu como sempre alimentos ricos em sal.”

Já pensaram, um neurologista, um cardiologista, explicando para este paciente a importância de uma alimentação adequada? Imagine, Deputada Rafagnin, se todos os profissionais da Saúde pegassem essa semana que estamos fazendo o projeto de lei e fossem nos colégios, nas empresas, nas Igrejas, em todas entidades, em todos aglomerados e explicassem aos seus pacientes que se você fizer uma alimentação adequada, você evita muitas patologias, tais como: câncer, derrame, enfartos, trombozes e muitas úlceras perfuradas.

Fico muito contente que esse projeto, hoje está na pauta. E com certeza, Deputado Belinati, será apreciado por todos os Deputados, porque quantas patologias podem ser evitadas? Quando vejo o senhor daquela tribuna citar o nome de cada um dos seus companheiros, dos seus amigos, o senhor até me causa uma certa inveja, no bom sentido, uma vontade de chegar aqui e dizer todos aqueles meus pacientes que atendo em Maringá e região, como estive ontem à tarde na casa de um paciente que operei durante a semana passada, estive na sua residência tirando os pontos e retirando o dreno do canal hepático. E o próprio paciente me dizendo: “Muito obrigado, Dr. Batista. É a primeira vez que um médico vem na minha casa tirar os pontos e o dreno, e eu estou vivo, são e salvo.”

Se você aplicar bastante a medicina preventiva em todas as escolas, com certeza nenhum desses pacientes cairia nas minhas mãos no hospital, ou nas mãos de qualquer médico. Por isso, acredito, mais do que nunca, na medicina preventiva. Aplique na vida, aplique na saúde para que não precise aplicar na doença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. é um exemplo do bom médico, do médico do interior, aquele que faz pelos seus pacientes. Quicá Deus desse bênção a todos os médicos, que fossem como V. Exa.

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Presidente Anibelli, que aliás tive a honra de ser Deputado Federal com V. Exa., e tanto em Brasília quanto aqui na Casa, volta e meia dá uma confusão, Antonio Anibelli e Antonio Belinati, às vezes sai na ata trocado, eu faço o discurso, sai o nome do Anibelli e o contrário, isso acontecia em Brasília. Mas é um privilégio estar aqui na Sessão, sob o comando do Deputado Anibelli. Deputada Beti Pavin, minha solidariedade a V. Exa., que supere esse problema da Câmara de Vereadores.

Deputado Antonio Anibelli, V. Exa. que é um defensor dos servidores aqui da Assembleia Legislativa, e o faz com muita garra, estou notando o pessoal baqueado, triste, meio de cabeça baixa, astral baixo, que eles continuam esperançosos. Tem servidor aqui da Assembleia até acendendo vela para muitos Santos, na expectativa de receber a URV, que vai salvar um pouco a lavoura do servidor que está com a corda no pescoço, endividado.

Aproveito, na abertura dos nossos trabalhos, para reafirmar um apelo humanitário, já que aqui votamos tantas coisas para ajudar o Tribunal de Contas, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e o Executivo, e só o pessoal aqui da Casa é que vai ficando, ficando, ficando. A expectativa é que essa URV, que já tem até uma decisão que a Justiça mandou pagar, que eles possam receber, o mais breve possível, esse benefício.

Tem o e-mail do Joel Pedro Túlio:

Sou advogado, lhe conheço há muito tempo (uns 20 anos atrás), talvez o senhor recorde da pessoa que vou citar, Sr. Carlito Verlangieri, que atuava como gerente de uma churrascaria famosa em Ponta Grossa, na saída para o Norte do Paraná; estivemos juntos em alguns aniversários da família em Curitiba, meu irmão era genro do Sr. Carlos. Mas vamos ao que importa: estou à procura de um político “macho” desculpe o termo, que enfrente o que der e vier pela frente. Ora bolas! Do Sul ao Nordeste, qual a velocidade permitida na estrada? Cento e dez quilômetros. Então, por que fabricam, cada dias mais, carros mais possantes, com velocidade de até 280 Km. Toda semana circulo pela BR-376, destino a Joinville, vou com meu carro a 100, 110 Km e chego muito bem ao meu destino. Mas vez por outra sou incomodado por veículos possantes que insistem em podar, dando sinal de luz, ameaçando grudar na traseira do meu carro quando estou podando alguém. (caminhão). Existem veículos rodando a mais de 180 Km por hora todos os dias, até

que um dia acontece uma fatalidade, daí sossegam o pito por algumas horas, logo estão correndo novamente. Fiscalização é gozação! Até que rimou. Mas não adianta o povo só aprender pela dor e nunca pelo amor à vida. Sugestão: por que não patentear um redutor de velocidade em que o veículo, chegando a 120 Km, corta o combustível, e deverá estar obrigatoriamente implantado em todos os veículos, seja novo ou velho? Numa fiscalização, o veículo estiver sem o aparelho, ou desligado, a multa é altíssima R\$ 900 (só mexendo no bolso do sujeito ele se esperta). É uma ideia. Analise e conclua. Pois vai mexer com peixe grande. Abraços, Joel Pedro Tulio.

Ele está lembrando um assunto que já foi objeto até de projeto nesta Casa, questiona se a velocidade permitida para um carro é de 100 km/h. Não sei se tem alguma rodovia do Brasil que permita a velocidade de 120 km/h. Pelo que eu saiba, o máximo, e o Deputado Anibelli me confirma, é 110 km/h.

Daí vem aquela expectativa, a indagação do Joel Túlio: por que é permitido à montadora colocar no mercado automóvel que quase voa, 280 km/h, 300 km/h? É uma boa indagação, mas lembrando que essa questão deve ser decidida por lei do Congresso Nacional, em Brasília, através de Deputados Federais e Senadores, porque infelizmente não temos essa competência jurídica de fazer uma lei determinando.

Seria bom se no Brasil fosse igual nos Estados Unidos, em que cada Estado tem a sua Constituição, tem sua lei própria. Tem Estado lá que tem pena de morte, outro não tem. As leis mudam de um Estado para o outro. Aqui não, um Deputado vem lá da outra banda do Brasil e tem uma ideia, apresenta o projeto e o País inteiro, querendo ou não, vai ter que guiar a sua vida pautada num projeto que um Deputado de outro canto do Brasil apresentou. Mas como a lei é única para o Brasil sobre velocidade, energia elétrica, telefonia, água, esperamos que os Deputados realmente tomem uma providência sobre isso.

Do Jamil Francisco da Rosa:

Olá Deputado Belinati, como vai? Eu tenho algumas ideias para a Saúde. Acho que todos os estudantes de enfermagem, médicos, dentistas e outros da área de Saúde, quando terminarem os estudos, teriam que prestar serviços por um ano no sistema de Saúde Pública. Isto contaria ponto para a sua carreira. Claro que remunerado. Teríamos que ter controle sobre seus atos, porque se eles não atenderem bem poderia ter uma penalidade para ser acrescentada em seu curriculum como médico.

Agora, na área de Educação, teríamos que passar todos os professores por reciclagem 4 vezes ao ano, e uma prova para ver como andam seus conhecimentos. Teríamos também que tirar essas professoras que já estão aposentadas e dando aulas, assim tirando o lugar de outras novas professoras, e também colocar as professoras para terem aulas de informática básica. Por agora acabou a era do papel, até trabalho de escola se faz no computador no programa Power Point.

O que V. Exa. acha? Não seria uma boa? Pense com carinho nestas ideias. Um abraço de seu amigo Jamil.

Mas o Jamil Francisco já tem uma outra bronca aqui, porque ele acha que não deveria dar um segundo padrão para uma professora. Principalmente para uma professora ou professor que já está aposentado.

Esse assunto, Jamil, é polêmico, porque tem gente que é a favor. O próprio Anibelli me dizia que ele é a favor que se dê um segundo padrão, uma nova oportunidade ao professor e à professora, mesmo que já esteja aposentado.

O bom é ouvirmos a opinião do povo. Tem gente que acha que o professor deve ter oportunidade mesmo depois de aposentado, e ter um outro padrão. Tem gente que discorda. Aqui é a Casa do Povo, temos que debater. Mas o importante é trazer à discussão, meu caro Jamil, um assunto tão interessante como você aborda no seu e-mail.

Quero agradecer as pessoas que estão mandando e-mail, porque isso é um subsídio, uma contribuição importante para o meu trabalho parlamentar. Tem gente que fica “p” da vida, achando que não tenho que atender os cidadãos do Paraná. Podem pegar no meu pé à vontade, podem me criticar, mas eu aqui estou a serviço do povo. O povo manda e-mail, eu vou continuar lendo da tribuna, recebendo elogio ou crítica por esse ato. Mas se somos Parlamentares que representamos o povo, por que não darmos atenção aos e-mails que nos são enviados? É importante, porque nos servem de contribuição para até melhorarmos o nosso trabalho como Deputados nesta Casa de Leis.

Leitura do e-mail de um policial militar:

Amigo Deputado, como dizia o grande Drummond: “Que triste são as coisas consideradas sem ênfase”. E eu me sinto triste, Sr. Deputado. Estou triste, porque os senhores não dão ênfase à nossa Constituição. Como pode as leis não serem cumpridas? Qual o poder de um Governador em deixar de cumprir a Constituição de seu Estado? Por que os senhores não fazem algo para que isso não ocorra? Se a Constituição, elaborada e aprovada por todos, não tiver o papel de soberania e imparcialidade perante a sociedade, ficarmos desacreditados e a mercê de um Governo que faz do dinheiro público sua ascensão política. E quão triste é um povo desacreditado perante seus políticos! Estou ansioso pelo dia 18. Espero que as leis sejam efetivamente cumpridas. Obrigado, mais uma vez, pela oportunidade de expressar o que sinto, e um forte abraço.

Alô, Governador Requião, o policial está bravo porque está dizendo que o senhor não cumpre o que está na Constituição.

Naturalmente está se referindo ao salário dos policiais. No Paraná, o soldo - que na linguagem é o salário, depois tem gratificação - aqui no Paraná é menos do que o salário-mínimo. É um desrespeito do Governador Requião com relação à Constituição do Brasil e a Constituição do Paraná.

Um forte abraço a esse policial. O policial, às vezes, morre no cumprimento da sua missão de garantir a ordem pública, garantir a segurança da população, e muitas vezes aquilo que eu digo, a viúva muitas vezes não recebe um cartão do Governador, de autoridade.

Fica aqui um puxão de orelha desse policial, que serve para todos nós e para quem está comandando o Paraná. Se a Constituição diz que ninguém pode ganhar menos que o salário-mínimo, o soldo do policial militar deveria ser corrigido para cima.

Temos o e-mail do Anilton Alves Lima, de 12 de junho de 2009:

Caro Deputado Antonio Belinati. Eu, Anilton Alves de Lima, residente em Bocaúva do Sul/PR, vigilante cursado e portanto apto para tal profissão, recorro a V. Sa. no intuito de saber qual é sua posição a respeito da Carta Anteprojeto de Lei Prot. 7.601.407-8/09, enviada em 20 de maio de 2009.

Meu caro Anilton, esse projeto do Requião vai ser uma desgraça no Paraná, se ele for aprovado, e o Requião tem a grande maioria nesta Casa.

Ele quer tirar os vigilantes que hoje, através de empresas, são contratados guardando escolas, postos de saúde, hospitais, DETRAN, repartições públicas, e no lugar dos vigilantes o Governador Requião quer trazer os policiais da reserva remunerada, pagando uma gratificação se R\$ 1 mil e 300. Qual é o resultado? Vai jogar no olho da rua 6 mil e 500 vigilantes, multiplicados 4,5 pessoas na casa de cada vigilante que sobrevive com o salário, o Governador Requião vai criar um caos na vida de 30 mil pessoas no Paraná, aprovando esse projeto para tirar emprego dos vigilantes.

É aquilo que defendemos, o Governador quer trazer de volta o policial que já se aposentou e está na reserva remunerada, quer dar um segundo emprego. Pode dar, é ótimo, mas coloque esses policiais para trabalhar internamente na Polícia Militar ou nas ruas, para combater os bandidos e garantir a segurança que a população está reclamando há muito tempo. A violência tem crescido de maneira assustadora.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Recebo aqui o jornal Semanário do Paraná, circulando em Curitiba e Região Metropolitana, em 46 Municípios do Norte Pioneiro. O jornal tem como diretor o Fábio Cardoso Ferreira, ele traz uma foto e eu agradeço, dizendo o seguinte: *Deputado Belinati é destaque na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.*

Muito obrigado ao Seminário do Paraná, muito obrigado ao Fábio Cardoso Ferreira, pela matéria que traz sobre o nosso trabalho.

Amanhã, mais uma greve pode eclodir. E quem será prejudicado, novamente? O povo. Mas que tipo de gente será prejudicada? O rico, o milionário? Não! Porque a greve dos servidores da Previdência Social vai atingir exatamente, no seu grosso, a grande camada da população de baixa renda do nosso Brasil e também

aqui do nosso Paraná. Servidores do INSS podem iniciar uma greve por tempo indeterminado a partir de amanhã. Querem aumentar a carga horária dos servidores da Previdência Social. Eles não concordam. Tem outras reivindicações também. Se a paralisação for iniciada, servidores de todo o Paraná cruzarão os braços. Os usuários que têm atendimento agendado terão as consultas suspensas.

De acordo com a Jaqueline, a principal reclamação dos servidores da Previdência Social é o fato do Ministério da Previdência Social descumprir um acordo assinado no ano passado, que previa a formação de um grupo de trabalho para discussão da mudança na jornada de trabalho dos servidores da Previdência Social. Segundo ela, a Previdência Social modificou a jornada de trabalho de 30 para 40 horas, mas sem aumentar o salário. Daí, está errado. Na minha ótica, como leigo, já passou a ser direito adquirido dos servidores da Previdência Social, se já há muito tempo estavam trabalhando na carga horária de 30 horas. É o mesmo problema que o SindSaúde tem reivindicado, a nível de Paraná, aquela novela que, infelizmente, até hoje não teve um final feliz, reivindicado pelo sindicato, pelo SindSaúde, reivindicado por todos aqueles que trabalham na área da Saúde pelo Paraná.

Estou vendo que este problema é o mesmo que pode levar a Previdência Social a uma greve em todo o Brasil, a partir de amanhã. O Presidente Lula está viajando, mas nossa expectativa é que o Governo, pelo menos chame as lideranças dos servidores da Previdência Social para um diálogo, para uma conversa, para um entendimento. Quem sabe eles cheguem a um acordo.

Temos sentido que a maioria das servidoras e servidores não querem fazer greve. Como é o caso do próprio SindSaúde. Percebemos a boa vontade, mas o Governo do Estado é que tem fechado a porta na cara desses servidores da área da Saúde do Estado, se negando ao diálogo.

Acho que a partir do momento em que as duas partes sentarem para conversar, é possível um acordo, é possível evitar uma greve. Porque o prejuízo para quem depende da Previdência Social, não tenho dúvidas, vai ser incalculável. Então, que haja, que prevaleça o bom senso, que haja negociação e que boa parte do que pede o servidor da Previdência Social venha a ser atendido pelo Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Mário Roque, representante de Paranaguá e Litoral.

Deputado Mário Roque (PMDB)

O SR. MÁRIO ROQUE

Sr. Presidente, Deputado Antonio Anibelli, demais Deputados e Deputadas, telespectadores e imprensa.

Quando usei esta tribuna pela primeira vez, dizia que traria a esta Casa todos os problemas que tínhamos em Paranaguá e no Litoral. E hoje inicio falando sobre a

Saúde. Recentemente soubemos, através da imprensa e de certos relatos na “escolinha”, que houve fraudes na Santa Casa de Paranaguá. Isso não é novidade! O Governador denunciou, quer mandar prender todo mundo, está certo, mas quero dizer a todos que quando fui Prefeito de Paranaguá, durante oito anos, no sétimo ano, depois de mandar R\$ 250 mil todos os meses para ajudar a Santa Casa, percebi que aquela Casa não atendia a população a contento, e fiz o seguinte pedido: que os R\$ 250 mil teriam que ter justificativa. De imediato, como surrupiavam essa verba, fecharam a Santa Casa. Foi um caos. Problema que aparentemente parecia grande, mas a Santa Casa não atendia ninguém, e naquele momento o Governo do Estado iniciava um trabalho digno no Litoral.

Através do Programa Paraná Urbano, em negociação com o Governador, construímos o Hospital João Paulo II, um hospital com mais de 60 quartos e enfermarias, vários centros cirúrgicos, UTIs, enfim, um hospital de Primeiro Mundo. O Governador comprou a Santa Casa, naquela época da Irmandade, por R\$ 2 bilhões, e incorporou a esse patrimônio. E uma maternidade, que também tinha sido construída durante o mandato, também foi incorporada. Mais ainda, como já havia programações para construção de hospitais regionais nas mais diferentes regiões do Estado, o Governador do Estado mandou construir um hospital regional de Primeiro Mundo também. Está lá um grande hospital.

Paranaguá, que tinha uma Santa Casa que não dizia nada, que não atendia ninguém, onde a população não tinha condições de ser atendida, passou rapidamente, através deste Governo, a ter espaços físicos no que diz respeito à Saúde.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

E agora vem o outro lado: se antigamente, com a Santa Casa, a situação era difícil, agora está pior. O hospital regional está recebendo toda a demanda de todo o Litoral do Paraná, ou seja, de Pontal, Morretes, Antonina, Matinhos, Guaratuba, Guaraqueça, e aquele povo, através de ambulâncias, chegam ao hospital regional e não há médicos. Pasmem os senhores, que não existem médicos para atendimento em um hospital de Paranaguá. Morrem pacientes, são crianças que já nascem até mortas por falta de atendimento. É uma verdadeira vergonha! Os médicos que são anestesistas, dão plantão à distância e às vezes até no Hotel Camboa, sendo que são em três, fica um, os outros dois vêm embora e esse um às vezes não aparece para dar atendimento às cirurgias normais no hospital e tampouco dá atendimento ao pronto-socorro.

Estamos vivendo um dilema: os médicos obstetras são o maior problema em Paranaguá, pois dão plantão quando querem, não aceitam instruções da Secretaria de Estado, e a situação se agrava a cada dia que passa.

Quero fazer uma ressalva a um grande homem, um grande médico, o Dr. Carlinhos Lobo, que não é o

diretor do hospital que entrou nessa malandragem desse grupo de 11 que fraudou a Santa Casa, mas era outro médico. Tive a oportunidade de conversar com o Secretário da Saúde, Dr. Gilberto, no ano passado, contando a história do atendimento em Paranaguá. relatei a ele como o ex-Prefeito continuaria, se por acaso o Governo do Estado, a Secretaria não entrasse em entendimento com a PUC ou com o Hospital Evangélico, para administrarem aquele hospital. A PUC já demonstrou que tinha interesse, há anos atrás só não aceitou porque a Santa Casa devia para todo mundo e também não recebia verba do Governo Federal.

Então, quero dizer a todos, quero levantar essa questão, que talvez não seja de conhecimento do nosso Governador que a situação em Paranaguá é crítica. Quero aproveitar aqui o ensejo, para que isso não seja um teatro, trazer até V. Exa. que toda a imprensa do Litoral falou sobre esse assunto, e esse jornal, que é novo em Paranaguá, mas que é muito bom, é o Gol Notícias, diz: *Polícia investiga morte de bebês no hospital regional*. E aqui dentro tem uma matéria grande, eu vou ler alguns tópicos:

(Lê):

“A Polícia Civil e o Ministério Público investigam a morte de dois recém-nascidos, no hospital regional. As famílias dos bebês acusam o hospital por negligência médica. De acordo com elas, os óbitos teriam ocorrido por falta de médicos, medicamentos e aparelhos.

O falecimento dos bebês em questão ocorreram nos meses de abril e maio. De acordo com a mãe de um dos recém-nascidos, Esther Mattar, 33 anos, houve uma série de erros médicos. Ela conta que o parto foi realizado em uma clínica particular da Cidade e o médico responsável pelo caso teria demorado para identificar o problema. “Ele dizia que o Arthur (nome do bebê) logo teria alta e que estava tudo bem, mas, minha mãe percebia que não era isso que estava acontecendo. Ela chamava a atenção dos médicos e responsáveis pela clínica e nada era feito”, comentou, lembrando que após três dias a criança foi transferida para o hospital regional. “No regional, a própria médica me disse que o hospital não tem condições para receber recém-nascidos”, recordou a mãe, bastante emocionada.

Esther comentou que até hoje não sabe qual foi à complicação médica que levou seu filho à morte. No prontuário médico do hospital regional existem trechos que comprovam a acusação da mãe. “Foi solicitado pela Dr. Daniele à aferição da pressão arterial porém, não foi possível por não termos o aparelho multiparamétricos”. Em outro parágrafo, os médicos reportam o seguinte: “Não há ecocardiografia, então liguei para a Luciana, gerente do hospital e pedi a ela para falar com o Dr. Carlos Lobo (diretor geral) da gravidade da criança. Comunico a ela da hipótese diagnóstica principal para esse recém-nascido como hipertensão pulmonar”. Após ler o documento, a mãe voltou a frisar. “A médica fala em hipótese, ela não tem como diagnosticar por falta de aparelhos”, salienta.

O jogador de futebol que defende o Rio Branco, Agenaldo de Souza (Baiano), pai do bebê, conta que a família tentou transferi-lo para Curitiba. “Tentamos levá-lo para a Capital, mas nos diziam que não tinha vaga e que teríamos que tentar conseguir. Fizemos de tudo, porque no hospital regional não tinha nem óxido para inalação do bebê”, recordou, ainda abalado.

A mãe do outro bebê, também falecido no hospital regional clama por justiça. Michele da Silva, 23 anos, conta que chegou ao hospital em trabalho de parto e ficou sem ser atendida durante oito horas. Ela lembra, que após este tempo foi medicada para segurar o bebê e ser forçada a fazer parto normal. “Minha mãe avisou que eu não podia ganhar por parto normal, já que eu já havia tido complicações no meu primeiro filho, mas eles insistiram. Passou um tempo e eu estava sangrando, mas nem assim eles fizeram a cesárea e me mandaram tomar um banho. Neste momento a placenta deslocou e o meu filho morreu”, comentou com lágrimas nos olhos.

Michele lembra ainda que mesmo com o filho falecido as enfermeiras insistiam para ela ter parto normal. “Eu sempre era atendida por enfermeiros, só depois de muito tempo chegou um médico. Só quando eu desmaiei que eles fizeram cesárea e constataram a morte do meu bebê”, recordo, clamando por justiça. “É muito difícil falar e lembrar. Meu filho eles não vão trazer mais, mas quero evitar que isso aconteça com outras famílias. Quero justiça”, concluiu.

Os familiares do bebê já foram ouvidos na delegacia de Paranaguá e, segundo os investigadores da Polícia Civil, os funcionários do hospital regional deverão depor nos próximos dias. O Ministério Público também está investigando os casos.

Procurado pela reportagem do *É....Gol Notícias*, o hospital regional não se manifestou. Funcionários disseram que os responsáveis entrariam em contato, porém até o fechamento desta edição ninguém se pronunciou.

Está aqui, é um fato evidente, e o que nos deixa mais constrangido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que a distância de Paranaguá até Curitiba é de 80, 90 quilômetros, em 50 minutos estamos aqui em Curitiba, e nós vivemos aqui num Primeiro Mundo em atendimento de saúde, transplante de coração, operações de Primeiro Mundo. E nós, lá em Paranaguá, estamos resolvendo os problemas na porta da cadeia da delegacia, através do Ministério Público, como era antigamente.

Estou alertando o Governador para que vá, através da Secretaria, tomar uma atitude. E realmente, só terceirizando, nem que seja para uma empresa desse ramo, que vá administrar o hospital, e assim também seria muito bom que a PUC, ou o Hospital Evangélico, administrasse o nosso hospital com médicos, alunos já se formando com os médicos ou professores, que é conhecido como prospector, aquele que vai junto, vai dizendo como é. Paranaguá não teria mais problemas com atendimento médico, com a falta de médicos.

Ninguém respeita a Secretaria. Estive falando com a Dra. Fátima, recentemente, que era professora da Universidade de Londrina, está lá como diretora agora, mas não vai resolver o problema, não tem estrutura. Pode pôr 30 diretores. O que precisa é fazer com que o médico respeite as ordens do hospital, e só terceirizando, só com a PUC, ou então com o Hospital Evangélico, é que poderemos ter um atendimento. É perto. Os alunos, os médicos podem ir e voltar de manhã, de tarde. Não há problema algum. Precisamos é pôr, realmente, Paranaguá e o Litoral dentro do mapa do Paraná!

Há problemas que vamos trazer aqui. Não como represália. O Governo fez tudo. Nunca tivemos uma atenção tão grande da parte do Governador e do Governo, com espaço físico. Realmente, o que só nos falta é sermos bem atendidos. Vou ser o fiscal. Nem que fala plantão junto com os médicos do hospital regional de Paranaguá, mas vamos ter que responsabilizar quem não atender à população de Paranaguá e de todo Litoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência agradece ao Deputado Stephanes Júnior, por ter cedido parte do horário da liderança, mas restará a V. Exa., devidamente inscrito, os outros cinco minutos que o Deputado Mário Roque utilizou.

Próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa.

Hoje, temos na Ordem do Dia o item 05 - 3ª discussão do Projeto de Lei nº 496/08, do Poder Executivo. Este projeto de lei está na Casa desde o ano passado e é, sem dúvida nenhuma, na minha concepção, e eu falo na minha concepção respeitando a opinião dos Deputados tanto da base aliada quanto da Oposição, que votaram favoráveis na constitucionalidade e, também, no mérito, lembrando que tivemos três abstenções quanto à constitucionalidade e apenas um voto contra.

Hoje, formulado um requerimento à OAB do Paraná, encontramos no artigo 8º das Disposições Constitucionais Transitórias, portanto, na Constituição Federal, o seguinte: *É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição* portanto, até 5 de outubro de 1988, compreendendo o período de 1983 a 1988, *àqueles que foram atingidos em decorrência de motivação exclusivamente política por atos de exceção institucionais ou complementares*. O parágrafo 1º diz, também, que os efeitos financeiros serão a partir dali, mas o que é importante dizer é que a anistia, no parágrafo 5º desse artigo 8º, é concedida, nos termos desse artigo, aos servidores públicos civis e aos empregados em todos os níveis de

Governo, ou em suas fundações e empresas públicas, ou empresas mistas sob o controle estatal. Isso estava em vigor. E tive a oportunidade de falar para uma pessoa, que não vou aqui declinar o nome, até em respeito, que ocupa hoje um cargo de confiança no Governo Estadual, e que me encaminhou, me entregou em mãos em relação com 18 nomes que seriam os que estariam prestes a ser admitidos. E aí entra mais um exceção, Deputado Elio Rusch, porque existem duas maneiras, desde 1988, para você ser admitido no serviço público: através da readmissão, ou então através de outro termo jurídico, que não é o que se aplica ao caso aqui, que é a reintegração. A reintegração decorre de uma ordem judicial e o servidor tem todos os direitos.

Aqui, pelo que eu compreendi, já que acho que estamos aqui construindo algo que vai ser inócuo e ineficaz, falei isso para essa pessoa que me trouxe essa listagem, que se o Governo realmente quisesse resolver o problema dessas 18 pessoas que não foram contempladas pela Constituição Federal, inclusive tive mais estranheza ainda quando não se admitiu aquela emenda que foi proposta, acho, pela Oposição, porque eu não assinei nenhuma emenda, até porque acho que não podemos consertar aquilo que é inconsertável. E essa lei é inconsertável, porque ela não pode e nem deve gerar efeito jurídico nenhum no Estado do Paraná, porque o passivo jurídico e o passivo financeiro não serão para o próximo Governador, seja ele quem for, nem para aquele que vem depois dele, será para o Estado do Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Então, temo muito por aquilo que chamamos de segurança jurídica. E essa segurança jurídica que o Governo, ou o Governador, pretende dar a esses servidores, ela não existirá, porque essa lei é inconstitucional, mais uma vez reafirmando aqui o meu respeito àqueles que votaram pela constitucionalidade. Mas, confesso que não é nenhuma pegadinha, eu só descobri esse artigo 8º hoje, quando formulava um requerimento para a Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná, em que para elucidar, juntamente com a assessoria, descobrimos esse artigo. Aí, percebi que era mais ainda incompreensível essa lei, que já estamos votando a 3ª discussão hoje, a redação final, e que é um passivo muito grande para o Estado do Paraná.

O Governador Requião já está saindo no ano que vem, não deixaremos nenhuma garantia para esses servidores que pretendem ser protegidos por essa lei, porque a lei é feita para garantir uma regra, um mundo jurídico naquilo que segue uma normalidade, as exceções à regra são dedicadas pelo Poder Judiciário. E nesse caso, estamos fazendo uma regra para encobrir exceções. E infelizmente essas exceções, que nem

o Governo não sabe quantas são, podem ser milhares. E o passivo não será do Requião, não será do Álvaro Dias, não será do Osmar Dias, não será do Beto Richa, não será do Pessuti, não será do Vitor Hugo, enfim, será do Estado do Paraná. E este Poder tem como obrigação não votar essa lei, ou não deixar sair essa lei desta Casa, porque vai ser uma aberração jurídica e não podemos compreender.

Concedo um aparte ao Deputado Stephanes Júnior.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Obrigado, Deputado.

Deputado, sob o ponto de vista, está coberto de razão, é uma lei que gera um precedente realmente muito discutível.

Fui Secretário da Administração durante quatro anos, de 1995 a 1998, somente uma reintegração foi concedida. Foi até um caso curioso, de um piloto que foi demitido em pleno vôo, pelo Governador Roberto Requião, porque havia uma tempestade e eles discutiram a bordo. Depois, quando assumi como secretário do Jaime Lerner, esse assunto parou na minha mesa e o reintegramos, porque o ato tinha sido feito completamente fora da realidade.

Essa lei, uma vez aprovada, gera um passivo, porque apesar do seu artigo 8º dizer que não existe nenhum efeito financeiro retroativo, ele é nulo. Na hora em que ela for aprovada, e a pessoa for demitida injustamente, ela terá direito a 20 e poucos anos de salários corrigidos, indenização por danos morais e muitas outras coisas, que darão milhões para cada um dos que forem atingidos por essa lei. É um alerta.

Obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

É o artigo 8º. Eu lhe informava das disposições constitucionais transitórias, Deputado Romanelli. Já temos essa garantia. Não tem no artigo 8º da lei, é nas disposições constitucionais. Conversei com vários Deputados. É um artigo inócuo. Esse é o meu medo.

Sei que o Governo tem maioria, que realmente é estrondosa, quando o nosso Líder da Oposição também sinalizou e foi votado a favor.

Se me for prometido e houver a possibilidade de um entendimento, gostaria de pedir a retirada da Ordem do Dia, pelo menos por três Sessões.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Reni, para ser sincero, V. Exa. tinha um compromisso externo, efetivamente, estava trabalhando em uma missão da Assembleia. Já votamos esse tema que está superado, na semana passada. Estamos apenas cumprindo o nosso Regimento.

Naquilo que é importante dizer, entendo que a sua posição é fruto de uma convicção pessoal, a qual respeito, mas a lei foi feita não para se promover um “trem da alegria”, e sim para reparar injustiças. O escopo da lei está muito definido em quem são os destinatários desta norma que estamos aprovando.

Mais de uma vez ouvi a manifestação do Deputado Stephanes Júnior, em relação à questão dos efeitos financeiros. Tanto, Deputado Stephanes, que incluímos um dispositivo de que aquele que for beneficiário deverá renunciar, através de um instrumento público, a qualquer tipo de indenização anterior, para poder ter o benefício da lei. Essa foi uma preocupação que tivemos, ao elaborar o substitutivo geral e acrescentamos a ele as emendas que haviam sido discutidas com V. Exa., Deputado Reni e com o Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição. Tivemos uma série de preocupações em relação àquilo que deve ser do princípio da transparência e também do interesse público. Por isso, a lei está muito melhor do que quando ela veio para cá, pelas emendas que recebeu e pelo processo que ela passou.

Estendemos o prazo até o dia 31 de dezembro de 1990, porque demorou um pouco para a Constituição de 1988 entrasse em vigor com eficácia plena. Ela não determina nenhum período de Governo específico e não é contra ato de nenhum Governante. É uma lei que vai poder gerar os efeitos para as pessoas se enquadrarem naqueles dispositivos. Não é uma lei contra ninguém, e a favor de alguns servidores de carreira, que tiveram a sua vida profissional interrompida por conta de participarem politicamente de temas que envolviam a reforma agrária, em um momento muito tenso, quando da elaboração da Constituição da República.

Por isso fiquei tranquilo, a lei está muito boa. Nós também, Deputado Stephanes, nos acautelamos em relação a este ponto específico, está muito bem definido juridicamente, ou seja, o risco hoje é muito menor e eu não tenho dúvida que a Assembleia está aprovando uma lei extremamente importante, já a aprovamos em 2ª discussão, está portanto em 3ª discussão e redação final, até porque o nosso processo legislativo é desta forma, mas esta fase nós já superemos.

Entendo a sua manifestação, mas ao mesmo tempo dizer que construímos aqui, através de um amplo processo, essa lei que é reparadora de direitos de pessoas que tiveram seus direitos violados.

É isso.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Deputado Romanelli, realmente eu discuti essas emendas e o projeto, exaustivamente, com V. Exa. e com o Líder da Oposição, mas nunca concordei, sempre

coloquei o meu ponto de vista, inclusive disse aqui no começo do pronunciamento que era pessoal e que respeitava todos os Deputados que votaram a constitucionalidade, o mérito do projeto, mas entendo que há um perigo muito grande para o Estado do Paraná, o passivo que estamos criando.

Eu sei que a intenção é boa, mas o inferno está cheio de boas intenções. Nós vamos estar criando, sim, um “trem da alegria”, até porque a lei, em grande parte, é cópia do artigo 8º das disposições constitucionais transitórias. Esse artigo 8º, Deputado Romanelli, fala que aqueles que foram demitidos por motivações exclusivamente políticas, já estavam com seus direitos de reintegração reasssegurados, e se essas pessoas não foram reintegradas no serviço público do Estado do Paraná, é porque não fizeram prova perante o Poder Judiciário.

Então, creio que esse “guarda-chuva” não vai criar aqui no Estado do Paraná nenhuma proteção jurídica a esses que foram demitidos. Vai criar, sim, um monstro, que daqui a pouco teremos um passivo jurídico imenso! Daqui a pouco um procurador, por qualquer motivo esqueça, ou eventualmente possa, devido às tarefas, perder um prazo, nós vamos estar gerando direito inclusive para aqueles que não têm.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Já conversei inicialmente com o Deputado Elio Rusch e quero, na tarde de hoje, passar algumas informações para todos os Srs. Deputados aqui, até porque tive o privilégio, e digo que é privilégio, Deputado Elio Rusch, porque já me comprometi inclusive a passar ao senhor essas informações referentes ao terminal portuário Ponta do Félix, que como os senhores e senhoras sabem, foi objeto de debate e alguns questionamentos feitos aqui pelo Deputado Elio Rusch, extremamente legítimos aliás, que dizem respeito a como estão sendo conduzidas as negociações, se estão, de fato, sendo conduzidas as negociações para que o terminal possa passar para outro dono.

Trouxemos aqui algumas situações que talvez não respondam ao todo, Deputado Elio Rusch, mas respondam, em parte, o que significa essa transação que está sendo feita. O terminal portuário da Ponta do Félix é composto por:

(Lê):

I. Composição Acionária:

Acionista	ON Qtde.	%	PN Qtde.	%	TOTAL Qtde.	%
PREVI	36.871.931	42,91	63.561.238	43,70	100.433.169	43,40
FUNBEP	13.662.999	15,90	22.772.555	15,66	36.435.554	15,75
COPEL	17.481.008	20,34	29.753.068	20,46	47.234.076	20,41
FUSAN	7.357.775	8,56	12.121.985	8,33	19.479.760	8,42
PORTUS	10.463.542	12,18	17.241.047	11,85	27.704.589	11,97
REGIUS	100.000	0,12	0	0,00	100.000	0,04
TOTAL	85.937.225	100%	145.449.893	100%	231.387.148	100

II - Conselho de Administração:

Indicado PREVI - Jorge Wilson Luiz Alves (titular); Roberto Tadeu Bombassaro (suplente).

III - Conselho Fiscal:

Indicado PREVI - Ivan de Castro Esteves.

IV - Diretoria Executiva:

Diretor-Presidente - Luiz Henrique Tessuti Dividino; Diretor Administrativo-Financeiro - Nilo Paulo da Silva Júnior; Diretor Comercial - Vago.

V - Histórico:

Objeto Social: A administração do arrendamento, outorgado pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, através do Contrato nº 003, celebrado em 26/04/95, realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares do serviço concedido, e ainda a implementação de projetos associados aos serviços portuários concedidos, ... (IV) realização de atividades de importação e exportação de gêneros alimentícios, elaborados, semi-elaborados e *in natura*, equipamentos destinados à atividade portuária, dentre outros.

Prazo de Arrendamento: A exploração da instalação portuária está regulamentada pela Lei nº 8.630/93 sob a modalidade de "uso público" e seu prazo de arrendamento é de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por igual período. Através do 7º Aditivo ao Contrato de Arrendamento firmado em 25 de janeiro de 2001, o prazo

final do primeiro período de arrendamento foi prorrogado de 25 de abril de 2015 para 30 de dezembro de 2017.

Ingresso dos Atuais Acionistas: 1996

Forma de Ingresso: Via aquisição de debêntures simples, nominativas, escriturais e não conversíveis em ações emitidas pela companhia em 02/10/96. O total da dívida foi convertida em equity.

Autorizações para operação de carga: Desde 1998, o Poder Público outorgou à companhia duas espécies de autorização: (a) movimentação de cargas frigoríficas, em caráter definitivo; (b) movimentação de cargas gerais, em caráter precário.

Início de operação do Terminal: janeiro de 2000.

Alienação da participação da PREVI: A PREVI mantém sua posição vendedora e recentemente recebeu proposta de potencial comprador (EQUIPLAN). O processo de venda de sua participação está sendo conduzido pelo BB-BI, que estima sua conclusão ainda este ano, conforme cronograma adiante apresentado.

O processo de venda para a EQUIPLAN segue conforme cronograma abaixo:

RESPONSABILIDADE	PROVIDÊNCIA	PREVISÃO DE REGULARIZAÇÃO
FORTESOLO	Apresentação dos documentos necessários para atualização das matrículas que constituirão hipoteca na operação.	07/05 - previsão inicial 20/05 - nova precisão
FORTESOLO	Apresentação de: - Título de propriedade do imóvel; - Certidão da cadeia dominial, abrangendo os últimos 15 anos - para todas as matrículas; - Certidão de inteiro teor; - Certidão de inexistência de ônus de IPTU; - CND (INSS) e Certidão conjunta negativa de débitos (Receita).	07/05 - previsão inicial 20/05 - nova previsão

<i>RESPONSABILIDADE</i>	<i>PROVIDÊNCIA</i>	<i>PREVISÃO DE REGULARIZAÇÃO</i>
<i>GEPRO</i>	<i>Parecer acerca de possibilidade de substituição de garantia do penhor das ações pelo aval do EQUIPLAN</i>	<i>Não vai responder! Não permite.</i>
<i>CSO CADASTRO</i>	<i>Atualização das matrículas que constituirão hipoteca na operação bem como dos sócios que constituirão cadastros dos mesmos.</i>	<i>11/05 - previsão inicial 22/05 - nova previsão * Atraso ocasionado pelo cliente que esta com dificuldades na obtenção das matrículas!</i>
<i>CSO OPERAÇÕES</i>	<i>Análise da operação e, em conjunto com a AJURE determinação cláusulas contratuais específicas (acerca do penhor das ações - resolutive) e condicionantes estabelecidas pelo GEPRO</i>	<i>13/05 - previsão inicial 26/05 - nova previsão</i>
<i>AJURE</i>	<i>Análise das condicionantes da GEPRO para estabelecimento de instrumento de crédito e validação do mesmo.</i>	<i>15/05 - previsão inicial 27/05 - nova previsão</i>
<i>SUPER</i>	<i>Cotação da taxa de operação junto a GEROF</i>	<i>12/05 - previsão inicial 28/05 - nova previsão</i>
<i>FORTESOLO</i>	<i>Preparação do contrato social/estatuto da EQUIPLAN e Assembleia se for o caso, para que seja possível o penhor.</i>	<i>22/05 - previsão inicial - Mantida</i>
<i>CSO OPERAÇÕES</i>	<i>Apresentação do estudo e envio para despacho a SUPER PR</i>	<i>19/05 - previsão inicial 29/05 - nova previsão</i>
<i>SUPER</i>	<i>Análise e despacho da SUPER para envio ao subcomitê</i>	<i>21/05 - previsão 01/06 - nova previsão</i>
<i>SUBCOMITÊ</i>	<i>Análise e despacho</i>	<i>25/05 - previsão inicial 05/06 - nova previsão</i>
<i>CSO</i>	<i>Edição da cédula</i>	<i>26/05 - previsão inicial 08/06 - nova previsão</i>
<i>AGÊNCIA</i>	<i>Formalização e envio para registro no cartório</i>	<i>10/06 - previsão inicial 22/06 - nova previsão</i>
<i>PREVI</i>	<i>Entrega da proposta da EQUIPLAN para os demais acionistas da TPPF</i>	<i>01/07 - previsão</i>
<i>PREVI</i>	<i>Data final para a manifestação dos demais acionistas do TPPF sobre o direito de preferência ou do tag along</i>	<i>31/07 - nova previsão</i>
<i>AGÊNCIA</i>	<i>Liberação dos recursos na conta corrente da PREVI para que a EQUIPLAN essa pague à PREVI e efetive o negócio.</i>	<i>14/08 - nova previsão</i>

O cronograma supracitado encontra-se com atraso de 15 dias, portanto a nova estimativa para fechamento da operação é 28/09/09.

Operação: Em abril de 2009 o IAP - Instituto Ambiental do Paraná, concedeu a Licença Operacional para a TPPF - Terminais Portuários da Ponta do Félix, autorizando a continuidade do empreendimento e possibilitando que a movimentação de produtos frigoríficos, cargas siderúrgicas e produtos de origem florestal (madeira, compensados, laminados e bobinas de papel). Além disso, o APPA - Administração dos portos de Paranaguá e Antonina emitiu ordem de serviço, suspendendo a ordem anterior que cancelava a possibilidade da TPPF movimentar cargas gerais e secas. Com isso a empresa pôde retomar suas atividades sem restrições.

Ainda que tenha obtido todas as licenças necessárias para sua operação regular, o TPPF vem encontrando dificuldades na recuperação de seus clientes, tendo em vista que os mesmos foram obrigados a buscar outro terminal quando do cancelamento da licença de movimentação de cargas gerais pela APPA. Dessa forma, esses clientes não encontram conforto em retomar seus negócios com o TPPF, dado o risco sempre presente de nova interferência regulatória, uma vez que as licenças ora concedidas permanecem como precárias.

Deputado Elio Rusch, dia 31 de julho é a data final para o Terminal Portuário Ponta de Félix sobre o direito de preferência, ou que a PREVI passe a fazer a compra direta. Mesmo que os acionistas não queiram vender, aí ela faria.

A pergunta que V. Exa. fez aqui é se será um processo que deverá ser encaminhado ou não. Acho que isso, para nós, é um cronograma. Mas o que interessa, de fato, é sabermos que a PREVI, sabermos que em princípio havia liberação de cargas gerais e de congelados. Congelados em definitivo e cargas gerais de forma precária. Esse foi um processo que acabou praticamente, ao ser suspenso, inviabilizando o porto. Quer dizer, a Cidade de Antonina e aqueles que moram em Antonina sabem que parte da inviabilidade do Terminal Ponta do Félix se dá com um navio por mês, quando eles têm dois berços e meio, muito mais em função da suspensão da possibilidade de embarque de bobinas de aço, de madeira e de carga seca. O que me chamou a atenção, V. Exa. também colocou, que muitos desses carregamentos acabaram sendo desviados ou conduzidos para Paranaguá, ou o que é pior, levado para outros portos de Santa Catarina.

Então, talvez agora tenhamos, ainda no mês de julho, uma definitiva solução para Antonina. Antonina não pode continuar convivendo com esses soluços, a cada semana... O senhor veja aqui, que começamos com esse processo no dia sete de maio, havia uma previsão que isso acontecesse o mais rapidamente. Estamos em meados de junho, vamos terminar o mês de junho, talvez não consigamos nem cumprir esse cronograma para julho. Quatorze de agosto que era o previsto originalmente; de agosto pode ficar para setembro. Enquanto isso, a Cidade de Antonina agoniza, fica sem o porto, sem saber quais serão os seus novos proprietários. Mesmo para os demais sócios, no caso: COPEL, FUNBEP, FUSAN, PORTUS e REGIUS, é uma situação extremamente ruim.

Espero, Sr. Presidente e Deputado Elio Rusch, que possamos ter - quero me colocar a sua disposição, até porque conhece os diretores da PREVI - que possamos ter uma solução, o mais rápido possível, para isso. Independente de qualquer coisa, sabemos que não dá, por conta dessas situações que expus aqui.

Quero passar às mãos da Presidência e do Deputado Elio Rusch, e me colocar às disposição, Deputado Elio, se puder contribuir nesse processo para que esclareçamos, de fato, o que acontece com aquele porto, um ano está se tentando fazer alguma coisa com ele, e ele fica cada vez mais, menorzinho.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Primeiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV SINAL, que mostra o dia a dia da nossa Assembleia.

Hoje, gostaria de comentar um pouco sobre algumas decisões tomadas pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ, e que casualmente passa por este Plenário da Casa também.

Algumas Sessões atrás no ano passado, fiz aqui alguns pedidos de informações que foram negados, cujo comandante dessa derrubada foi o Deputado Romanelli, que foi o autor intelectual da derruba das informações que pedi a respeito daquilo que decidiu agora o CNJ, exatamente o que eu falei, o que eu pedi, vem de encontro àquilo que CNJ definiu desta semana. Editou uma Resolução nº 080, de nove de junho de 2009. Essa decisão é de conhecimento de todos os senhores, que ela exatamente toma as medidas a respeito de cartórios.

Ainda ontem eu li alguns jornais, a decisão do CNJ atinge 300 cartórios do Paraná, 300 cartórios. Os Cartórios vão recorrer, mas os Tribunais terão que obedecer a determinação do Conselho Superior de Justiça.

O segundo tema que está nos jornais de ontem, até a Gazeta do povo fez uma manchete: *Judiciário, comissão vai fiscalizar obras de tribunais. São os chamados superfaturamentos dos Tribunais. CNJ quer acabar com os abusos e falhas em construções e reformas pagas por Fóruns, como caso de superfaturamento, licitações dirigidas e desvios.*

Cabe a nós aqui, como Deputado, sempre fiscalizar. Quando o tema envolve Poder Judiciário, são poucos os que têm a coragem de fazer tais questionamentos. Quando a própria imprensa levanta dúvidas, cabe a nós buscarmos as informações.

Mas essa decisão nos foi negada lá atrás, primeiro porque a Assembleia Legislativa do Paraná não quis pedir as informações. Era um direito que cabia a esta Casa buscar as informações que hoje tornam-se obrigação, através do Conselho Nacional de Justiça.

Depois de ter perdido aqui no Plenário, quando o nosso pedido de informações foi derrubado e que teve como comandante-chefe o Deputado Romanelli, foi o chefe da derrubada dos meus pedidos de informações, fiz um pedido ao próprio Tribunal, que qualquer cidadão pode perguntar. Para surpresa, o Desembargador, no momento, mandou arquivar o meu pedido dizendo que não poderia responder, porque se tratava de uma decisão que só a Assembleia poderia ter aprovado.

O documento está aqui. Todo aquele trabalho que desenvolvemos para buscar algumas informações, foi por água abaixo, no momento que a Assembleia não quis se pronunciar a respeito desse caso.

Claro que se deve respeitar a harmonia entre os Poderes. É importante se respeitar o direito de cada Poder. Mas é importante que a sociedade acompanhe tudo o que está acontecendo a respeito dos Poderes.

Para surpresa de todos nós, não para a minha, o o CNJ acaba de definir que tem que haver mudanças nos cartórios, que vai haver mais fiscalização. Tudo está numa decisão do Conselho Nacional de Justiça.

Aquela atitude nossa, lá atrás, uma atitude que era de apenas buscar informações, que foi negada. Essas informações, agora batem exatamente com aquilo que estamos falando hoje.

Queria fazer esse registro aqui, até porque tem pessoas que não gostam de fazer colocações que envolvam o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Quando se fala em Poder Judiciário, tem gente que treme. Eu, dentro da postura de ser um Deputado com liberdade, afinal todo mundo que chega aqui tem o direito de questionar aquilo que deve, aqui nesta tribuna, afinal ela é democrática e pública.

Lamentamos que lá atrás isso não tenha ocorrido, e que infelizmente aquela decisão, que hoje é uma decisão nacional, lá atrás, já havia um pedido de informação nosso e que nesta Casa acabou não acontecendo.

Depois disso, os senhores podem acompanhar na imprensa, podem acompanhar o andamento de que algumas coisas esdrúxulas aconteceram, algumas decisões judiciais aconteceram e que é uma represália àqueles que têm coragem de enfrentar aqueles que acham que são os todo-poderosos deste País, mas que, aos poucos, as coisas vão acontecendo.

Sr. Presidente, quero deixar esse registro aqui, e vamos aguardar agora as consequências dessa decisão do Conselho Nacional de Justiça, que é uma decisão que, no meu ponto de vista, é muito corajosa, que deve se respeitar quem tem direito, não se deve prejudicar todo mundo. Deve se dar direito às pessoas que têm direito, mas deve-se também tomar as medidas que devem ser tomadas. Que possamos ver realmente algumas coisas acontecerem.

Nesse sentido, ao longo dos anos, vimos acompanhando muitas coisas estranhas acontecendo, e isso vai cansando quem está na política.

Ando refletindo muito sobre muitas questões, com tranquilidade, e com toda certeza que na vida pública você tem um período de duração, como um remédio tem duração, você também tem que ter.

Em cima de tantas coisas estranhas que têm ocorrido e que você jamais deve deixar de lutar por elas, estaremos sempre acompanhando, cobrando. Mas também, por outro lado, deixamos claro a vontade de não mais sermos candidatos a Deputado, à política, porque cansa ver tantas coisas acontecendo. E algumas pessoas não estão nem aí. Tanta barbaridade acontecendo, que às vezes nos enojamos de fazer parte da política. Tem momentos bons, momentos importantes. E hoje a política serve muito de marketing, de trampolim para algumas pessoas. E essas pessoas devem sentir-se felizes em fazer isso e devem prosseguir com suas tentativas de cada vez buscar mais poder.

Quanto a nós, não buscamos poder. Não queremos ser poderosos, não temos esta intenção. Temos a intenção, sempre, de representar principalmente aquelas pessoas que mais precisam. Mas, infelizmente, hoje, só se faz política com grandes grupos econômicos por trás. As

pessoas estão cansadas de ver, tudo o que acontece, as Prefeituras, os escândalos que vêm acontecendo.

Aqui em Curitiba mesmo, os escândalos na Prefeitura de Curitiba, por quê? Porque sempre tem um grande esquema por trás. Os esquemas grandes das demais Prefeituras, os esquemas do Governo, o Governo Federal, a PETROBRAS, tudo tem um esquema que é bem armado e que dá a eleição a muito políticos, os que têm grandes esquemas. Quem não tem esquema, naturalmente está condenado a não sobreviver mais. Os políticos que vão se manter serão aqueles que têm grandes esquemas, bons caixas dois. E está cheio de caixas dois por aí. Não adianta a pessoa dizer que não tem. Todo lugar está cheio de caixas dois por aí. É o que mais tem nas eleições. Vemos decisões sendo tomadas por tribunais. Em 1ª instância se dá uma condenação, em 2ª instância se muda

A eleição mais corrupta que já vi na minha vida, em Ponta Grossa, a eleição passada, se cassou Vereadores. Os Vereadores voltaram aqui, por decisão do Tribunal Eleitoral, depois, aqui do Paraná. Uma coisa que ninguém acredita, mas estão acontecendo.

Então, é difícil conviver com situações iguais a esta, é difícil conviver com este espírito de ter que fazer isso. Se não fizer, não dá certo, se não fizer isto, não vai para frente. Então, as pessoas que gostam de política estão querendo começar a deixar de fazer política, porque está cheio de pessoas que gostam de mentir, de enganar, de fazer coisas que não são verdadeiras.

Sinceramente, saíram duas pesquisas em Ponta Grossa, publicadas. Uma que acabei de receber, no final de semana, e que nos mantém sempre à dianteira nas pesquisas. Mas isto não nos anima, porque pesquisa é um momento de referencial, aquele momento que apresenta aquela pesquisa. E ela muda muito. E se não mudar, depois mudam-na, compram-na. Pesquisa é para ser comprada. A grande maioria das pesquisas são compradas. Todo mundo sabe disso. É a maior pilantragem da história deste País, estas pesquisas de grandes institutos, que mentem, enganam, vendem sua dignidade. Deveria ser proibida no País. Mas, quem tem dinheiro, vai lá e compra a pesquisa, põe o resultado que quer e acabou. É isso mesmo.

Então, a vida pública, para as pessoas simples, para pessoas que não têm um grupo grande econômico por trás, está acabando, exatamente porque existe o grande esquema, o esquema dos Tribunais, o esquema dois caixas dois, o esquema dos grandes empresários, dos grandes canalhas que ficam ricos à custa do dinheiro do povo. E assim por diante.

Sinceramente, estou muito desgostoso com a vida pública e não tenho vontade nenhuma de prosseguir nesta vida. Mas, no período em que estivermos aqui, ainda, vamos discutir estes temas, vamos debater estas situações. Não vamos nos entregar. Vamos continuar sendo 100% aqui, cobrando as atitudes, guerreando nem que seja sozinho, mas vamos continuar guerreando até os últimos dias em que estivermos aqui.

Agora, não adianta permanecer na vida pública para ser escravo de um sistema. Um sistema podre, corrompido, um esquema que é pior do que se possa imaginar. Claro que tem pessoas que se elegem, muitas vezes, com trabalho, com suor, com dedicação. Mas, são raros. E aqueles que estão me ouvindo e que acharem que são raros, que se incluam nele; e os acharem que não são raros, que se manifestem contra, que digam que estou errado, façam belos discursos, cantem aqui e façam poesia, puxem da alma e do coração grandes discursos, mas jamais vão conseguir passar por cima daquilo que estou falando, porque estou falando de coração, estou falando com sinceridade e não estou falando com demagogia, como muitos que poderão, na sequência, me suceder e poderão vir aqui dizer o contrário, que o Jocelito está errado, que a política não é assim, que está limpo e assim vai.

Então, quero deixar este meu pronunciamento aqui, para que fique registrado nesta Casa, porque acho que é um pronunciamento de coração, que fica no registro desta Casa e de quem está nos acompanhando. E que tudo o que falei aqui aconteceu: lá atrás esta Casa não aprovou, mas hoje o CNJ aprovou.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia com satisfação a presença dos Deputados Luiz Carlos Hauly, Gustavo Fruet e Alfredo Kaefer. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Segundo orador inscrito no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Inicialmente quero citar a presença entre nós de Pedro Schupel, do Clube da Maria Fumaça, e do Lourenço Veiga, Presidente da Cooperativa dos Ferroviários do Paraná e Santa Catarina, que nos procuraram em nosso gabinete para discutir o projeto apresentado nesta Casa pelo Deputado Jocelito Canto, que proíbe a SEDU de financiar obras que sejam feitas sobre locais onde passam, ou passavam, trilhos das estradas de ferro do Paraná. Vieram manifestar seu apoio ao projeto. Apresentei essas duas lideranças importantes com relação à preservação da memória ferroviária no Paraná, e acho que esse é um tema que deve merecer debates nesta Casa.

Ponta Grossa, Cidade que represento, junto com as demais Cidades dos Campos Gerais, onde tive a honra de ser Prefeito por quatro anos, viveu uma experiência trágica sobre a questão da estrada de ferro. No Governo Otto Cunha, o arquiteto Jaime Lerner fez um projeto muito bonito para a ocupação da área da rede, mantinha os trilhos e uma Maria Fumaça Turística, mas o Prefeito que se elegeu depois, que é o atual Prefeito, simplesmente abandonou essa proposta e decidiu fazer shopping

center na área da rede. Não foi feliz e a Câmara resistiu, tombou alguns patrimônios, como o antigo pátio de manobras da estação, tombou um barracão da rede e as duas estações, mas depois o futuro Prefeito, que já faleceu, Paulo Cunha, fez um Parque Ambiental nessa área, e atualmente o Prefeito, numa região em que passava o trilho, está fazendo um ginásio de esportes. Ponta Grossa perdeu para sempre essa oportunidade única de ter uma Maria Fumaça e conservar os trilhos, que poderiam ajudar muito no futuro na Cidade.

Então, acho que esses motivos esta Casa deve estudar melhor essa questão, porque o patrimônio da Rede é um patrimônio não só de um Município e nem só do Paraná, mas é um patrimônio do povo brasileiro, uma das partes mais importantes da nossa história, e existem muito abnegados que defendem a memória ferroviária.

Acho que deveríamos aprofundar essa análise, iniciando pelo projeto do Deputado Jocelito Canto, que está para ser votado, derrubando o veto do Governador, e avançar, porque esse é um caminho importante para as gerações futuras, para a preservação da nossa história e da nossa memória.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje quero tocar em um assunto espinhoso, o que não é do meu feitio. Como Líder do PT e como fundador deste partido, do qual assinei o livro de fundação no Colégio Sion de São Paulo, em fevereiro de 1980, há 29 anos, a forma com que aprendi a fazer política sempre considerou que as divergências internas do partido devem ser tratadas internamente, e o Deputado Tadeu Veneri deu uma entrevista no jornal Gazeta do Povo, em que acho que ele atacou o nosso partido e atacou os seus colegas, de algumas maneiras. E toda a minha conduta como Líder e do partido, tem sido no sentido de manter a unidade partidária, de fazer a discussão das questões que nos dividem, previamente preservando a democracia do partido, e a partir daí ter uma conduta unitária. Nos momentos em que não foi possível, nesta Casa, uma conduta unitária do partido, o partido teve a sensibilidade de valorizar a democracia interna e respeitar a posição minoritária.

Vou dar um exemplo: a última votação que aconteceu nesta Casa, a maior parte da bancada, cito, eu como líder, Deputado Elton Welter, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Pedro Ivo, quatro Deputados de seis, fomos contra aprovar as emendas com aumento de 15% para os servidores, porque achávamos que eram emendas demagógicas, que não tinham efeito, consistência legal, porque se elas fossem aprovadas nesta Casa, o Governo vetaria, e se fosse derrubado o veto, o Governo entraria com uma ação na Justiça contra, e estaríamos iludindo e enganando os servidores. Essa era a posição da maioria dos Deputados do PT.

Nós dissemos isso ao Fórum dos Servidores, conversamos com eles e dissemos que não apresentáramos a emenda de 15%. Aliás, é bom que se diga aqui, o próprio Fórum dos Servidores não pediu que apresentássemos emenda de aumento de 15% ao contrário, disse que tinha

preocupação de que uma emenda radicalizando poderia prejudicar a própria negociação com o Governo. Em nenhum momento o Fórum dos Servidores nos pediu que apresentássemos uma emenda de 15%; em nenhum momento, mesmo assim apresentamos algumas emendas, porque achamos que elas estavam dentro do espírito do Governo do qual participamos, e melhorariam o projeto do Governo, e não fariam o enfrentamento demagógico, que não levaria a lugar nenhum, e assim apresentamos uma emenda que foi votada e rejeitada, porque foi votada em bloco depois, que autorizava o Governo, se tivesse arrecadação maior que a prevista, a dar 15%, autorizava; uma emenda que implantava os 6% para as funções gratificadas dentro do espírito do Governo; uma emenda do vale-alimentação. Mesmo assim nós não fechamos questão, em respeito aos nossos companheiros minoritários, alguns Deputados julgaram o Professor Lemos, por exemplo, que é uma liderança sindical importante na história do Paraná, que foi Presidente por vários anos da APP-Sindicato e que sempre conseguiu, na rua, na luta, na mobilização da qual sempre participamos também, achamos que o Professor Lemos seria constrangido; foi um sindicalista, sabe que tinha uma certa tensão para votar a favor. Então, trabalhamos com a maior educação, respeito aos colegas, não fechamos questão.

Agora, não posso aceitar, em função disso, que o Deputado Tadeu tenha dito na sua entrevista ao jornal *Gazeta do Povo*, vou citar um caso recente: *A Bancada do PT não quis votar favoravelmente às emendas para conceder um reajuste maior ao funcionalismo, com a lamentável desculpa de que foram apresentadas pela Oposição*. Isso é mentira! O nosso companheiro Tadeu Veneri, me desculpe, faltou com a verdade ao falar isso à *Gazeta do Povo*, ele mentiu à *Gazeta do Povo*. E solicito aos Deputados do PT que digam se eu estou falando a verdade ou não. Em nenhum momento dissemos que não assinaríamos tal emenda porque a Oposição assinou. O que nós dissemos, sim, e eu disse nesta Casa, que um partido tem que ser uma função pedagógica para a população, um partido que pode ser uma vanguarda, uma liderança, eleitos pelo povo, que tem bandeiras, e que nós, ao votarmos algumas emendas demagógicas junto com a Oposição, estávamos ferindo o caráter do partido e enganando as pessoas. Isso eu disse daqui da tribuna. Agora, jamais deixaríamos de apresentar uma emenda se concordássemos com ela, apresentada pela Oposição, jamais. Isso nós nunca dissemos, e o Deputado não deveria ter dito isso.

Acho que o Deputado atacou o partido, o Deputado atacou o Requião, ele tem feito isso em muitos momentos, é um direito dele; só que dessa vez, além de atacar o Governo, atacou o partido, que é o seu partido, que o respeita e o admite como minoria. O Deputado escolheu para entrar na comissão mais importante desta Casa, que é a Comissão de Constituição e Justiça, e o defendemos, porque quando o Deputado Romanelli me questionou, disse: “Não, o Deputado Tadeu é nosso representante e vai ficar

na comissão, mesmo que em alguns momentos vote contra o Governo.” Nós sempre o respeitamos, Deputado.

Agora, qual a necessidade que tem o Deputado Tadeu Veneri de ir à *Gazeta do Povo* nos atacar? De atacar com coisas que não são verdadeiras, eu repito? Isso não aconteceu! Nunca deixamos de votar numa emenda por ser da Oposição! Nunca, se concordássemos com ela! Não votamos porque discordamos da emenda e porque somos um partido do Governo, como somos do Governo Federal. Temos que ter responsabilidade de ser um partido do Governo. O PT amadureceu. O Lênin, o maior revolucionário da história da Esquerda no mundo, que fez a Revolução Russa, dizia que, às vezes, tem que dar um passo atrás, para dar dois passos à frente depois.

Somos um partido do Governo que tem três Secretários. Digamos que fosse um Governador do PT que desse aumento de 6% e nós da Bancada do PT votássemos um aumento de 15% que ele não poderia dar, que seria demagógico. Não! O que vamos fazer é cobrar do Governo, como estamos cobrando.

Eu participei de várias reuniões de mobilização da APP nas ruas, com o Governador Requião cobrando dos nossos Secretários um aumento maior para os professores, como vamos cobrar que a Saúde tenham aumento. Agora, não transformar um episódio em luta interna, a mais clara e escancarada luta interna, um ano antes das eleições. Eu não faço política dessa forma! Não faço! Podia muito bem vir atacar Deputado que sofreu uma tragédia, era cômodo vir aqui! Eu não faço isso. Não é do meu estilo. Não! Se somos um partido de Governo, respeitamos esse Governo e participamos com três Secretários, também temos que ceder em algumas questões para o Governo.

Agora, vamos colocar um pouco da nossa história aqui. Eu entrei com uma luta, nesta Casa, a VIZIVALE, que o Governador é contra, Deputado Romanelli, vetou e nós derrubamos o veto do Governador. Estive em Francisco Beltrão, numa assembleia com 3 mil professores. Criamos nesta Casa, uma postura contrária à postura do Governador. Criamos a Frente Parlamentar de Defesa do Piso Nacional do Magistério. Como Líder do PT, com outros Deputados, convocamos uma Audiência Pública e formamos a luta de defesa do piso do magistério, que é uma postura diferente do Governador. E estamos indo às ruas lutar por isso, que é um direito constitucional.

Desculpa, Deputado Tadeu, o senhor que é nosso companheiro, porque será que não citou, na sua entrevista, que o Deputado Elton Welter e a Deputada Luciana Rafagnin apresentaram uma emenda para as funcionárias grávidas? Eles apresentaram uma emenda constitucional e o senhor deveria ter citado aqui. O que o senhor falou nessa entrevista? Está aqui: “Que o partido não defendeu”, mas o senhor deveria ter citado os dois Deputados, Elton Welter e Luciana Rafagnin, que apresentaram uma emenda. Aliás, o Sindicato da Saúde não colocou o nome do senhor também, Deputado Elton. Engraçado, não é? Ao seu interesse à emenda eles não colocaram que o

senhor e a Deputada Luciana Rafagnin fizeram a emenda. Esqueceram desse detalhe, me parece, se não estou enganado.

O Deputado Tadeu deveria ter citado: “Olha, tem uma emenda do PT que contraria a posição do Governador. Formalmente, porque o Governador mandou uma lei agora, e poderíamos ter lutado por isso.

Então, essa é uma questão mais para cobrarmos da Mesa da Casa. Eu apresentei uma emenda, junto com o Deputado Elton Welter, contra o Governador, uma emenda constitucional dando autonomia às universidades, que não tem mais lista tríplice, naquele episódio de Cascavel. Deputado Romanelli, apresentamos, o Deputado Elton Welter e eu. Só que não foi votada, porque saiu da Mesa da Casa. A emenda constitucional não passa pelo Governo, passa por nós. Então, a luta tem que ser travada internamente na Casa, para que a Emenda seja votada.

Vamos pegar alguns exemplos da nossa conduta. Reforma tributária do Governador, ICMS. Como é que nos conduzimos? A presidência do partido deu algumas entrevistas, havia uma divergência da bancada, chamamos a presidência do partido, chamamos os três Secretários, os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, fizemos uma reunião para chegar a um consenso e decidimos que votaríamos a favor da reforma do Governo, do ICMS, e apresentamos emendas coletivas.

Deputado Tadeu, o senhor foi o único Deputado que, ao invés de apresentar uma emenda coletiva, apresentou uma emenda individual. Preferiu essa tática. Vou ser leal, claro, não vou esquecer de um detalhe importante; o senhor me convidou e disse: “Olha, a minha emenda está assinada na Mesa, se quiser assinar comigo”. Fui lá e assinei, mas não foi coletiva. O senhor apresentou sozinho.

O senhor votou, Deputado Tadeu, a favor de todas as emendas da Oposição. Todas mereceram seu voto. E nós nos reunimos para quê? A bancada se reuniu, chegamos a um consenso, porque aquelas emendas desfiguravam, tiravam o sentido da reforma se fosse aprovada, terminava com a reforma, e decidimos, por ampla maioria, que votaríamos a favor da reforma, e o senhor votou a favor de todas as emendas.

Daí, vejam que coisa interessante, a Oposição derubou todas as emendas coletivas do PT, todas menos a do Deputado Tadeu. Votou a favor da emenda do Deputado Tadeu. Então, eu poderia dizer nos jornais: olha, nosso Deputado fez um acordo com a Oposição. Ele fez um acordo assim: eu voto em todas as emendas dos senhores e os senhores votam na minha, porque a minha é individual, não é do PT. Daí a Oposição votou contra todas as emendas do PT, tanto que dois Deputados, que achei que conduziram de forma errada, se revoltaram, porque eu votei a favor da sua emenda, votaram contra na hora e falaram até coisas que eu acho errado. Foi um erro também. Então, não é possível.

Agora, quando houve mais uma tensão, foi a mesma coisa. Agora, o senhor quer fazer luta interna. Somos um partido democrático, respeitamos a Oposição, colocamos o senhor na Comissão de Justiça. Eu fui pedir, fui negociar com a Mesa da Casa, para colocar o senhor na Comissão do MERCOSUL; não podíamos, mas era o nosso objetivo, respeitamos. Mas, por favor, o senhor usar o jornal Gazeta do Povo para atacar o seu partido! É uma coisa completamente equivocada! O senhor, para se eleger, não precisa desse expediente. Eu jamais usei, na minha vida, de tal expediente para me eleger, jamais.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Porque a minha história de fundador desse partido fez sempre defender que as questões eram tratadas dentro do partido. O partido, a partir daí, construir a sua posição política para a luta. Agimos assim e respeitamos, inclusive, as minorias. Nunca tivemos postura radical, fechar questão, tensionar internamente o Deputado Tadeu, porque o respeitamos, é um bom Parlamentar, tem coisas que admiramos nele. Eu não preciso esconder as minhas posições. Na questão do nepotismo eu falei claramente desta tribuna: acho que não é correto, se o Governador que defendemos tem um irmão que tem um quadro, que é o Mauricio Requião, de Secretário. Essa não é a nossa bandeira estratégica de apresentar um projeto de nepotismo contra esse Governo, não é correto, é trocar o prioritário pelo secundário. Aliás, a política hoje está sendo despoliticizada, porque se troca o prioritário pelo secundário. Parece que há uma parafernália no mundo para destruir a política. E eu falei várias vezes aqui que a minha geração fazia política denunciando a desigualdade, a crueldade da divisão da renda, a luta social, o movimento histórico, e não de uma forma oportunista, tentando se diferenciar dos companheiros e não respeitando a democracia interna e indo ao jornal, que sabidamente tem uma oposição clara contra o Governo que apoiamos, dar uma entrevista de uma página inteira, me desculpe falar isso, que o senhor está querendo fazer uma luta interna, às vésperas das eleições. E o próprio Sindicato da Saúde, que estampou a minha fotografia, a do Deputado Elton Welter, a da Deputada Luciana Rafagnin, e do Deputado Pedro Ivo, como se fossemos os traidores dos trabalhadores.

Fui Prefeito em Ponta Grossa, a principal votação que tive foi dos funcionários públicos, pelas transformações que fiz. A própria questão das 30 horas da Saúde, eu fiz a lei como Prefeito em Ponta Grossa para os servidores da Saúde. Agora, estamos participando de um Governo que tem uma postura diferente e a votação é a Assembleia Legislativa que define se aprova a lei.

Então, por favor, acho que chegamos a um limite que, não é meu estilo, o meu estilo não é esse de tentar destruir companheiros próximos das eleições, atacar

companheiros, como eu disse, sem citar o nome do Deputado Elton, falou uma coisa que não é verdade e que eu repeti aqui, então me desculpe, mas é lamentável que ocorram episódio dessa natureza.

Apoiamos o Governo Requião, porque achamos um Governo de Esquerda, com todas as idiossincrasias do Governo. Na minha concepção de política, isso é o secundário; prioritário é a forma da condução do Governo: a luta contra a privatização da SANEPAR e da COPEL, a relação que tem com o MST. Sabemos da pressão que esse Governo sofreu, o Deputado Romanelli sabe, e o Deputado Waldyr também sabe, a pressão jurídica que esse Governo sofre para desalojar os sem-terra e o quanto conseguimos, em diálogos com o Governo, que as coisas não acontecessem, defendemos o movimento social, porque esse é um momento radical que é a transformação que denuncia a miséria do nosso povo; os aumentos que os funcionários públicos tiveram; o aumento que os professores do Estado tiveram. Nunca houve um Governo que deu um aumento diferenciado para os professores e conquistas como o PDE. Sou professor universitário desde 1977, em Ponta Grossa. Nunca houve um conquista tão grande, apesar de precisarmos muito mais.

A Polícia Militar está me atacando em Ponta Grossa. Estou com um projeto aí na Mesa, que está em tramitação, criando o estímulo operacional. Vim aqui combater um projeto do Requião. Estamos convocando uma Audiência Pública, porque o Sindicato dos Vigilantes me procurou e teme que se esse projeto for aprovado, 6 mil vigilantes ficarão desempregados. Alguns setores da Polícia Militar não entenderam e estão falando mal de mim. Vou dar uma carta para eles, para esclarecer que não é isso. Achamos que o Governador tem todo o direito, aprovamos o projeto, para que ele traga para esta Casa policiais militares para trabalharem em Segurança Pública. Na função de vigilante, gerando desemprego, somos contra. Não escondo essa posição. Partido de Governo é saber diferenciar o que é prioritário, na política, do que é secundário.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado, Deputado Péricles. Respeito a sua opinião e suas posições, V. Exa. sabe disso. Não abro mão, em hipótese alguma, e nem poderia fazer isso, de fazer público aquilo que penso e entendo como sendo necessário, inclusive para o nosso partido. Não acho que esse partido tenha um dono. Não acho que esse partido tenha um patrimônio, do ponto de vista pessoal. Acho que esse partido, como os de Esquerda - V. Exa. sabe, porque debate com a Esquerda - são construídos pelos movimentos, não por nós, individualmente, que vamos passar, não tenha a menor dúvida.

O que não acho é que, quando perguntados, façamos de conta que algumas coisas não acontecem, ou são menores, e não o são, Deputado Péricles. Desculpe, mas V. Exa. sabe muito bem de que quando questionamos, do ponto de

vista jurídico, uma Secretária, que é colocada por nós, e tem que vir aqui se explicar, sabendo-se que há autonomia universitária e não há nenhuma defesa para ela. Acho que estamos errados, sim. Acho que estamos errados quando não fazemos a defesa - não é V. Exa., individualmente, porque não é o papel de um Deputado, mas é do PT - do Presidente Lula, quando em Seminários é achincalhado. Acho que não fazemos correto, V. Exa. não colocou aqui, quando enquanto somos Oposição defendemos um tipo de comportamento, e quando somos Governo defendemos outro tipo de comportamento. Eu, pessoalmente, acho que isso confunde e despolitiza, como V. Exa. colocou. Despolitiza, porque dá a impressão, para as pessoas, que as nossas posições são mais ou menos, como as ondas do mar, dependendo do vento, da maré e do dia, é aquilo que pensamos. Sei que V. Exa. não pensa assim.

Deputado Péricles, com todo respeito, é óbvio sabermos que 30 horas é uma bandeira histórica do nosso partido. Sabemos que o Minha Casa, Minha Vida é um dos melhores programas que temos, e foi chamada aqui de "Minha Casa, Minha Empreiteira". Sabemos das diferenças que temos, das dificuldades, estamos há dois anos esperando uma reunião da bancada e não conseguimos fazê-la com o Governador. Respeito, como V. Exa., o Governador, e faço campanha para ele, porque entendo que ele é um Governador de Esquerda.

Para concluir, entendo que nós - assim como respeito o Deputado Romanelli - temos posições, e estas posições têm que ser debatidas aqui dentro, sim! Não vamos fazer *interna corporis*, como querem alguns, bater bumbo e sair marchando como soldadinhos de chumbo. Para isso temos espaço para cada um fazer o debate!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Desculpe, Deputado Tadeu, mas algumas das colocações que o senhor fez aqui, V. Exa. sabe, vamos continuar o debate, já que o senhor abriu o debate na Gazeta do Povo, vamos continuar aqui nesta Casa, amanhã ou depois vamos continuar.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Só para encerrar: as emendas que apresentamos, algumas emendas eram absolutamente iguais, V. Exa. sabe disso, e só foram votadas por razões que nós discutimos aqui dentro.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Vamos continuar debatendo, o senhor abriu o flanco, vamos continuar debatendo, o método vai ser esse mesmo. Veja bem, as emendas, diga-se de passagem, votamos a favor das nossas emendas com o Fórum e perdemos a votação em separado, foi votado em bloco, daí nós tínhamos a seguinte alternativa: ou votávamos a favor de todas as emendas da Oposição, junto com as nossas, que não concordávamos, meu Deus do Céu, nós nos abstivemos. O Deputado Pedro Ivo votou contra o senhor e a favor do Deputado Lemos, mas nós respeitamos isso.

Agora, Deputado Tadeu, o Marx, que o senhor conhece muito bem, dizia que o particular é a relação do universal e o singular. A política não é principista, Deputado Tadeu, a política radical, que se isola do mundo, é principista! O princípio é universal, a política é a relação entre o princípio universal e o singular, que é a realidade que nós vivemos. Isso constrói avanço na política, por isso é que o PT está avançando! O PT é o Governo que nós queremos, Deputado Tadeu, o Minha Casa, Minha Vida é o programa que a sua tendência sonha no PT? Não é, mas é o possível dentro da realidade! O Ministro da Agricultura que nós temos, é o Ministro que o senhor sonha? Não, está aqui o filho dele, mas é o possível no momento!

Ser Governo é ter responsabilidade, e eu sempre defendi a unidade partidária, há divergência na unidade. Agora, o senhor foi aos jornais: “Vamos fazer o debate!” Nós não temos medo do debate! Agora, a sua tendência, me desculpe falar isso aqui, a democracia que nós temos no PT aceitando a divergência, a tendência de Esquerda do PT não aceita a divergência, não aceita, defende a unidade em seus postulados e expulsam pessoas que querem entrar no partido. Nós não fazemos assim, não fazemos e não defendemos isso!

Acho que as coisas têm que ser muito bem pesadas e o Senhor devia dizer à Gazeta do Povo, não sei se o senhor falou isso aqui, mas o senhor falou, faltou com a verdade, porque nós, repito aqui, nunca demos desculpa que não votaríamos uma emenda porque foi apresentada pela Oposição.

Obrigado.

O SR. CHICO NOROESTE (PR) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só gostaria de registrar a presença do Secretário do Turismo, Felipe Gonzáles, de Foz do Iguaçu, e informar aos Srs. Deputados que no dia de amanhã temos uma agenda referente ao Vote Cataratas. Existe uma campanha para eleger as Cataratas do Iguaçu como sendo uma das Sete Maravilhas da Natureza do Mundo. Amanhã temos uma agenda: às 10h temos uma entrevista na TV SINAL; logo após, às 11h, temos uma reunião da Comissão Frente Parlamentar que formamos aqui nesta Casa de Leis; por volta das 3h da tarde, o Secretário do Turismo usará a tribuna deste plenário para explicar aos Parlamentares como funciona, tecnicamente, a questão do Vote Cataratas.

Gostaria de convidar os Srs. Parlamentares componentes da Frente Parlamentar: Luciana Rafagnin, Reni Pereira, Dobrandino da Silva, Luiz Carlos Martins, Pastor Edson Praczyk, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Rosane Ferreira e Douglas Fabrício, para a reunião, aproximadamente às 11h do dia de amanhã.

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No sábado, agora, estivemos participando, no Município de Tibagi, do rodeio crioulo que aconteceu naquele Município, onde participamos, em companhia de Vereadores, com o próprio Presidente da Câmara, e também em conjunto com o Prefeito daquele Município.

Fiquei impressionado pelo número de participantes daquele rodeio, que fez com que, segundo todos aqueles que ali participaram, viesse esse rodeio a ser um dos maiores que aconteceu nos últimos tempos no Estado do Paraná. Isso demonstra a participação, isso demonstra que aqueles que fazem parte dos CTGs - Centro de Tradições Gaúchas, participam. E lá nos Campos Gerais, essa questão relacionada aos rodeios é sempre muito bem prestigiada por aqueles que fazem parte dos CTGs. E ao mesmo tempo em que nos deslocávamos até aquele Município, ficou bem claro que a rodovia PR-340, que liga o Município de Castro ao Município de Tibagi, está num estado avançado de deterioração e há necessidade, por parte do Governo do Estado do Paraná, de recuperar aquele trecho. Muitos buracos já estão localizados naquela rodovia, naquele trecho.

Estamos encaminhando um requerimento ao Secretário dos Transportes, e esperamos que ele possa agir para fazer com que essa rodovia venha a ser reparada, o mais rápido possível.

Era isso que queria deixar aqui registrado, que no dia de sábado um grande rodeio aconteceu no Município de Tibagi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Horário da Liderança do PMBD, concedo a palavra ao Sr. Deputado Stephanes Júnior.

Liderança do PMDB: Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Quero primeiro saudar o Deputado Mário Roque, seja muito bem-vindo a esta Casa. É bom ter um representante digno como você, Paranaguá merece.

Começo hoje saudando os Deputados Federais do PSDB aqui presentes: Gustavo Fruet, Alfredo Kaefer e Luiz Carlos Haully.

O assunto que me traz hoje à tribuna é a CPI da PETROBRAS. Mas antes queria dizer que estava escutando o debate do PT, e quero dizer que isso não tem preço, ver o PT se acabar assim, não tem preço! Há uma disputa no PT entre o Enio e o Tadeu Veneri, pela presidência, e está se refletindo aqui. É interessante isso.

Mas a CPI da PETROBRAS é uma CPI importante, e parece que hoje ela vai ser realmente implantada.

Dizem que o mensalão talvez fique pequeno diante desse escândalo. E olha que no mensalão, em dois anos foram encontrados, nas contas do Marcos Valério, R\$ 3 bilhões sem origem. Acho que os Deputados se lembram, no mensalão, o PT oferecia, através do Marcos Valério, 1 milhão para o Deputado de outro partido mudar para a base aliada, e depois uma mensalidade entre 40 e 100 mil por mês para o Deputado votar com o Governo. E parece que a CPI da PETROBRAS, depois, na questão da refinaria em Pernambuco, um superfaturamento que parece que existe, a questão das ONGs que recebem recursos para festas milionárias no interior do Brasil, principalmente na Região Nordeste, normalmente sempre ligados a pessoas do PT. A questão das plataformas, parece que houve superfaturamento. Ou seja, há muitas situações que têm que ser investigadas, até porque a PETROBRAS é a nossa mais importante empresa, é um ícone do Brasil, temos que passá-la a limpo, cuidar dela.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Obrigado Deputado Stephanes. Só para cumprimentá-lo sobre o seu pronunciamento a respeito desse assunto do mensalão, que é um assunto palpitante no País. Também, ao mesmo tempo, cumprimentar V. Exa. por essa defesa na PETROBRAS, realmente V. Exa. tem razão, tem que abrir a PETROBRAS, porque o que roubaram os Governos anteriores, e esse aí é coisa de cinema! O Governo Fernando Henrique roubou bastante, o atual Governo está roubando bastante, e é bom que o povo saiba disso.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Não seria surpresa nenhuma ouvir V. Exa. falando desse tema.

Muito obrigado.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Obrigado, Deputado Jocelito. A questão da CPI da PETROBRAS é importante, porque o volume que estamos falando, só nas ONGs, são centenas de milhões.

A PETROBRAS, acho que as pessoas também não sabem, não segue a Lei de Licitações. Ela tem um Regimento próprio para ser mais ágil teoricamente, ela não cumpre certa burocracia. Isso está gerando algumas dúvidas com relação às empresas que ganham, os valores que estão ganhando as licitações. É importante passar isso a limpo, seja que o Governo for, a minha preocupação não é essa.

Não sei por que existe essa complexidade no Senado. O Governo já tem oito membros, a Oposição só tem três, não tem nem a presidência e nem a relatoria, não se instala.

Porque o medo é que venha um monte de coisa atrás. Mas é bom. Eu tenho dito para as pessoas que às vezes me abordam, que o Brasil, hoje, está sendo passado a limpo. Essas coisas, infelizmente, sempre ocorreram, só que agora estão aparecendo e estão tentando corrigi-las. É muito melhor como está hoje, do que como era antigamente, que acontecia e ninguém sabia.

Hoje, o Brasil está mudando, e mudando para melhor. Essa é visão que eu tenho. E a CPI da PETROBRAS é algo importante que tem que ser feito. A minha preocupação é que estão tentando miná-la e que ela não saia. O tamanho dela deve ser superior às coisas que aconteceram no Marcos Valério. Estamos falando de bilhões que provavelmente têm problemas nas suas operações. Lembrando que no Marcos Valério tinha 3 bilhões sem origem em dois anos. Alguns Deputados receberam dinheiro para mudar de partido e mesadas por mês. Isso tem que acabar.

Quero apenas alertar para esse assunto e dizer que acho que segunda-feira o Presidente vem ao Paraná.

É isso, Deputado Alexandre Curi? Acho que é segunda-feira que o Presidente vem ao Paraná. Parece que ele vai pedir o apoio ao Osmar Dias para o PT. Na verdade já está meio aliado com o PDT.

Como eu comecei quero terminar: ver essa confusão do PT, isso não tem preço!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao horário da Liderança o Governo. Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Não queria trazer à tribuna desta Casa um tema que, na minha avaliação, é por conta da política interna de um partido político, no caso do PT. Mas a abordagem foi feita pelo Deputado que foi o autor de uma entrevista concedida ao jornal Gazeta do Povo, nesse último domingo, e que faz uma crítica ácida, dura.

Primeiro a sua própria bancada, do seu partido, e também a mim. Dizia eu, ainda conversava com a Deputada Cida, nós que somos filhos de italianos, sabemos o seguinte: nossos pais são muito rigorosos conosco. Meu pai, sempre me chamando de Luizinho, era muito duro comigo, Deputado Elio, mas nem o meu pai, com todo o respeito que tenho por ele, que sempre tivemos um relacionamento tão bom, embora tenha perdido muito prematuramente, meu pai nunca mandou eu calar a boca. Nunca! E não vai ser o Deputado Tadeu Veneri que fazer isso comigo.

Eu não vou aqui alimentar nenhuma inimizade pessoal com o Deputado Tadeu Veneri, mas penso que ele deveria manter um relacionamento de respeito com os seus colegas aqui do Parlamento.

Ao mesmo tempo, Presidente, tenho mantido nesta Casa aqui, e dizia há pouco para a imprensa que tenho mantido com cada um dos Parlamentares uma relação muito franca, objetiva, verdadeira. Nunca aqui fui hipócrita de falar aquilo que eu não pensava, fosse na tribuna, fosse na relação pessoal com cada um e com cada uma.

Se isso é ser grosseiro, falar a verdade, dizer o que a gente pensa, é ser grosseiro? Então está certa a Presidente do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann.

Entendo que, sinceramente, nesta Casa tenho mantido com a Bancada do PT e com todas as outras bancadas, um relacionamento respeitoso. Tenho divergências pontuais e ultimamente tivemos divergências por duas razões. Primeiro, foi a questão que houve efetivamente num movimento, e aí sim, mostra, se for verdadeira, Deputado Péricles, confirma? Pelo seguinte: o Deputado Tadeu Veneri diz que V. Exa. fica coçando a cerca do Canguiri. Foi essa a expressão usada. Penso que o Deputado Tadeu Veneri está costeando a cerca da Fazenda Lagoa da Prata, que é a Fazenda do Senador Osmar Dias.

Ora! Todos sabem a posição que tem tido, já debatemos aqui sobre todos os aspectos. Não vou entrar aqui nesse mérito, até pelo seguinte: primeiro em respeito à Bancada do PT. Vou chamar novamente esses companheiros do PT aqui na Assembleia Legislativa, inclusive o Deputado Tadeu Veneri, porque os temas que envolvem primeiro a política interna do PT, têm que ser debatidos no âmbito interno da democracia partidária.

Sei que vai ter eleição do PT em setembro e V. Exa. vai ser candidato a Presidente do PT no Paraná, contra uma outra corrente de opinião dentro do PT. Agora, levar esse tema como se fosse má a conduta do PT, como se fosse o PT que enterra o nosso Governo!

Aliás, diga-se de passagem, estou cansado das intrigas feitas pelos blogs que publicam informações mentirosas, porque me orgulho muito de ter companheiros como a Lygia Pupatto, como o Bianchini, como o Enio Verri, para citar três exemplos, de quadros excepcionais que o PT tem no nosso Governo. Ao mesmo tempo, ficar vendo essas intrigas feitas nos blogs e pessoas que estão, reconhecidamente por interesse pessoal, político, interno do PT, no caso do Deputado Tadeu Veneri, outra a Presidente do PT, que está fora do convívio do que é a Assembleia Legislativa, que não vive aqui neste espaço democrático e que todos temos que conviver e nos respeitar.

Tenho convicção que temos grandes caminhos a serem percorridos juntos.

O Deputado Tadeu Veneri tem uma posição divergente da Bancada do PT, não é de hoje, é de sempre. Ele faz um jogo que é dele, pessoal. Eu respeito, cada um escolhe o caminho.

Por isso que quando diz que o PT o indicou para ocupar a vaga da CCJ, eu falei: vamos colocar um Parlamentar do PT que, de fato, possa discutir conosco para poder fazer com que os projetos possam tramitar.

Isso não aconteceu, Deputado Welter. Se tivesse sido V. Exa. o integrante da CCJ, seria diferente muita coisa. Outro dia V. Exa. recebeu reclamação inclusive, sobre um tema que V. Exa. sabe do que estou falando. Mas por que sou obrigado a fazer isso? V. Exa. sabe o porquê. A Bancada do PT, de fato, tem que fazer as suas avaliações, e eu não quero entrar na esfera da competência daquilo que a bancada tem que fazer.

Quero dizer, Sr. Presidente, quando na semana passada falamos sobre um tema que envolvia um projeto que é objeto de uma PEC, da licença-maternidade, de autoria do Deputado Elton Welter e da Deputada Luciana Rafagnin, entre outros, eu disse claramente que a nossa tarefa é a de fazer o convencimento do Governo para poder, de fato, aprovar e implementar a licença-maternidade de seis meses aqui no Estado do Paraná, no âmbito das servidoras públicas.

Foi uma luta dura, Sr. Presidente. Eu e o Deputado Alexandre Curi tivemos uma discussão dura, franca, objetiva, com o Governador Roberto Requião, falando sobre a PEC. E eu sempre disse ao Deputado Elton Welter que não tínhamos como aprovar a PEC, porque da forma como foi formulada, é um instrumento político. Mas, é inconstitucional, porque a iniciativa que gera despesas para o Governo, todos sabemos, tem que ser do Poder Executivo.

Ora! O Governo fez o quê? Mandou um projeto para conceber a licença-maternidade. Muito bem. Paternidade deste projeto: Deputado Elton Welter. Maternidade deste projeto: Deputada Luciana Rafagnin e outros Deputados assinaram este projeto, que é uma luta, e respeito. Fui lá defender este projeto, por conta desta ideia, porque o Presidente Nelson Justus ficava me pressionando: “Temos que votar a PEC”. Eu explicava que a PEC não poderíamos votar, porque é inconstitucional.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que estes temas que muitas vezes envolvem a política, acabam sendo confusos. Agora há pouco eu ouvia alguém falando “Ah, a Secretária Lygia foi desrespeitada!” Ah, sinceramente! Falei hoje cedo, a Lygia me ligou pela manhã e nós conversamos. A Assembleia formulou pedido de informação, que aliás eu também quero saber qual foi o resultado, saber, de fato, quanto as universidades estaduais estão arrecadando com a realização dos vestibulares. Custa 80, R\$ 90 por aluno, temos o chamado turismo estudantil. E o que é interessante é que ao invés de recebermos a informação, responde a Secretária: “Não posso informar, porque as universidades gozam de autonomia administrativa; não tenho como informar”.

Ora! As universidades são autarquias! É verdade que regime especial, mas são autarquias. O que ocorre, na prática, elas têm que responder o pedido de informações. E o pedido tem que ser formulado através da Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia de Ensino Superior, conforme manda o Regimento e a Constituição do Estado do Paraná.

Eu expliquei isso para ela hoje. E mais: se o Reitor não responder, incorre em crime de responsabilidade, se não responder a um pedido de informação aprovado pela Assembleia Legislativa. A autonomia administrativa, financeira, pedagógica das universidades, é vinculada ao interesse público. E mais: ao ordenamento jurídico que rege todas as relações havidas pelo Poder Público e por este Poder Legislativo.

Ela entendeu claramente qual era o tema. Vai reencontrar e as universidades, através dos Reitores, terão responsabilidades se não quiserem informar. Porque não tem segredo nenhum. O Reitor de Ponta Grossa, o João Carlos, informou-nos o quanto a universidade de Ponta Grossa arrecadava. Porque nós queremos unificar a data do vestibular, queremos modificar estas relações, dar gratuidade, para poder acabar de uma vez por todas com esses pagamentos destas inscrições.

Para concluir meu raciocínio, quero dizer que a relação que tenho com a Bancada do PT é uma relação franca, honesta, dura e pontual, às vezes divergentes. Mas, é uma relação construída com profundo respeito, como tenho feito sempre, aliás, em relação ao Governo do Presidente Lula. E quando muitas pessoas andavam com pantufas nos pés para não fazer barulho, eu estava aqui nesta tribuna, defendendo o Governo do Presidente Lula. Nunca tive posição diferente desta e vou continuar defendendo, como acho também, desculpe-me o Deputado Stephanes, que é um erro político e um erro para paralisar este País à implantação da CPI da PETROBRAS.

A PETROBRAS é um patrimônio do Estado, e o que deveríamos estar discutindo é o que fazer com o pré-sal e constituir, sim, uma empresa que seja patrimônio do povo brasileiro. Entendo que a PETROBRAS é uma empresa que tem uma atividade econômica em sentido estrito, está muito bem definido qual é o regime em que ela tem que funcionar, e temos que respeitar uma empresa com a história da PETROBRAS.

Quero dizer que não é por crítica, por tentativas de puxão de orelha, ou por divergências públicas externadas pela Presidente do PT que vou deixar de ter a mesma visão que tenho do Governo do Presidente Lula, que é um Governo que promove a inclusão social, combate as desigualdades, combate o neoleberalismo e tem uma visão generosa em relação à sociedade, como quero que seja sempre a minha relação com a Bancada do Partido dos Trabalhadores aqui nesta Casa.

Era isso, Sr. Presidente.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 043/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Santa Isabel do Ivaí, do lote nº 06, da quadra nº 49, com área de 360 m2, conforme Matrícula nº 5762 do Registro de Imóveis da Comarca de Santa Isabel do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 129/09, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 15/06/09, por estar em viagem ao Noroeste do Estado, em visitas as bases eleitorais. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 727/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, requerendo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, que sejam pagos aos funcionários públicos estaduais valores retroativos à data base de 1º de maio, referente ao reajuste salarial aprovado em 20 de maio próximo-passado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 728/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, a construção de ciclovias na PR-555, num trecho de 800 (oitocentos metros) no Município de Nova Esperança, no Distrito de Barão de Lucena. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 203/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública o centro comunitário, e de proteção alimentar Pe. Miguel - CECOPAM, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 042/09, de 04/05/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 065/09, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado do Paraná a Banda de Música da Polícia Militar do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 013/09, de 04/03/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 236/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Céu Azul - ACICA com sede no Município de Céu Azul e foro no Município de Matelândia. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/09, de 19/05/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dispõe sobre a criação de um cadastro de compra e venda de cabos de cobre nos ferros-velhos do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/08, que dispõe sobre a concessão de anistia aos servidores públicos civis e empregados da Administração Pública Estadual, de empresas públicas e de sociedade de economia mista. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, COM SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2º DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária das Mulheres de Corumbataí, com sede no Município de Corumbataí do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas.**

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que declara de utilidade pública a Federação de Pais, Mestres e Funcionários das Escolas Públicas do Estado do Paraná - FEPAMEF, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que insere no Calendário Turístico Oficial do Estado do Paraná, o Curitiba Country Festival. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 013/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Cascavel. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo por meio do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, doação de imóvel ao Município de Nova Aurora. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, PROJETO DE LEI Nº 209/09

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 209/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 024/09, tem por objetivo acrescentar a redação original desta proposição um novo artigo a ser remunerado como artigo 2º, conforme redação a seguir, remunerando-se o artigo 2º da redação original como artigo 3º e os demais artigos sucessivamente, conforme redação a seguir:

“Art. 2º O imóvel descrito no artigo 1º destina-se exclusivamente à instalação de empresas com o objetivo de fomentar a geração de emprego, a renda e o desenvolvimento econômico municipal, e será revertido ao patrimônio do Estado em caso de utilização distinta daquela estabelecida nesta lei.”

Sala das Sessões, em 15/06/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Plauto Miró, Durval Amaral, Cida Borghetti e Elio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda justifica-se pela necessidade de prever a reversão do imóvel ao patrimônio do Estado, como é de praxe em todas as proposições desta natureza apresentadas pelo Poder Executivo, no intuito de resguardar o patrimônio público.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça para apreciação da emenda.

1ª Discussão

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, que cria a Semana de Conscientização da Medicina Preventiva, a ser realizado na terceira semana de outubro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 017/09, de 11/03/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 083/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por objetivo criar a Semana de Conscientização da Medicina Preventiva, a ser realizado na terceira semana do mês de outubro, com o intuito de conscientizar as pessoas sobre a importância da medicina preventiva.

Fundamentação

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda sobre a iniciativa das leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu artigo 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Desse modo, no que tange à iniciativa legislativa para a proposição do projeto em tela, não há nenhum óbice constitucional, uma vez que não há vedação e nem se trata de matéria elencada nos casos de iniciativa privativa de outros Poderes Estatais.

A Constituição Federal, em seu artigo 25, parágrafo 1º, determina que são reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas pela própria Constituição:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Como não é vedada, conquentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional nem em âmbito infraconstitucional.

Cabe também observar que, apesar de tratar de matéria ligada a Saúde Pública, o referido projeto não interfere no funcionamento ou nas atribuições da Secretaria de Estado da Saúde. Isto porque possui apenas o objetivo de conscientizar a população sobre a importância da Medicina Preventiva, não interferindo nas atribuições reservadas às referidas Secretarias.

Quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto e tendo em vista a constitucionalidade apresentada pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI Nº 083/09

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, cria a Semana de Conscientização da Medicina Preventiva.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

Em relação ao conteúdo material, o projeto merece ser apoiado por esta comissão, pois visa à estimular a conscientização dos benefícios que a adoção de medidas de Medicina Preventiva pode trazer a todos quanto dela fizerem uso.

Conclusão

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Saúde, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Coronel Vivida. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/09, de 05/05/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 206/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 206/09, de autoria do Chefe do Executivo Estadual que autoriza a doação de imóvel ao Município de Coronel Vivida, com especificação do bem no artigo 1º.

Em sua justificativa, o autor justifica a conveniência e oportunidade da doação, portanto, parece-nos razoável que ela ocorra.

Declara o autor que no imóvel objeto da doação funcionarão serviços públicos municipais.

O imóvel será gravado com a cláusula de inalienabilidade na sua totalidade ou em parte.

O imóvel retornará ao Estado do Paraná caso haja desvio de finalidade.

É razoável que haja esta previsão pois o desvio de finalidade no ato administrativo macula o mesmo de vício insanável.

Sobre a finalidade do ato administrativo, como pressuposto teológico de validade do ato, cite-se a reputação doutrina de Celso Antonio Bandeira de Melo.

Não se pode buscar através de um dado ato a proteção de bem jurídico cuja satisfação deveria ser, em face da lei, obtida por outro tipo de categoria de ato. Ou seja: cada ato tem a finalidade em vista da qual a lei o concebeu. Por isso, por via dele só se pode buscar a finalidade que lhe é correspondente, segundo o modelo legal. Com efeito, bem o disse Eduardo Garcia de Enterría, com a habitual proficiência, que, 'os poderes administrativos não são abstratos, utilizáveis para qualquer finalidade; são poderes funcionais, outorgados pelo ordenamento em vista de um fim específico, com o que apartar-se do mesmo obscurece sua fonte de legitimidade'.

Então, se o agente dispõe de competências distintas para a prática de atos distintos, não pode, sob pena de invalidade, valer-se de uma competência expressada pelo ato 'x' com o fito de alcançar a finalidade 'z' que deveria ser atingida por meio do ato 'y'.

Por exemplo: se o agente tem competência para remover um funcionário e possui também competência para suspendê-lo, não pode removê-lo com a finalidade de puni-lo, pois o ato de remoção não tem finalidade punitiva.

Também a síntese de Maria Sylvia Zanella Di Pietro é precisa e suficiente sobre o desvio de finalidade.

Seja infringida a finalidade legal do ato (em sentido estrito), seja desatendido o seu fim de interesse público (sentido amplo), o ato será ilegal, por desvio de poder.

A assessoria técnica da CCJ já se manifestou favoravelmente à tramitação da proposição.

Acolho o parecer técnico da assessoria para exarar parecer pela tramitação regimental da proposição.

Sala das Comissões, em 02/06/09.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

TERUO KATO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 206/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 206/09, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar a doação, ao Município de Coronel Vivida, de imóvel constituído pelos lotes nºs 08 e 09 da quadra 01, que somam 928.00m2, naquela Cidade, sob as matrículas nºs 6.918 e 6.919, do registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida.

A proposição em análise recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Esta comissão, chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 7º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que tal iniciativa beneficiará sobremaneira aquela municipalidade, de vez que o imóvel será utilizado para o desenvolvimento das atividades relacionadas aos serviços públicos municipais.

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinado pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/09, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de São José dos Pinhais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/09, de 11/05/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 225/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 025/09, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação de imóvel situado ao Município de São José dos Pinhais, para implantação do Centro de Atendimento ao Adolescente - Caminho da Cidadania.

Fundamentação

O projeto de lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no artigo 10 e parágrafo:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concordância pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo ou para fins de assentamento de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra pela legislação própria das entidades estatais, sendo nor-

malmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O artigo 17 da Lei Ordinária Federal nº 8666/93, estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e Entidades Autárquicas e Fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007).

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública: (Redação dada pela Lei nº 11481, de 2007). (grifo nosso)

José dos Santos Carvalho Filho leciona que: *A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender o interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável.*

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da Administração Pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressão autorização legal.

Cumpre-nos destacar ainda que esta Comissão vem adotando em relação aos projetos de iniciativa do Poder Legislativo, posicionamento diverso ao adotado nos projetos de iniciativa do Poder Executivo. Essa divergência de entendimento encontra fundamento no artigo 10 (supracitado) c/c artigo 87, ambos da Constituição Estadual.

A disponibilidade dos bens faz parte da organização do Estado, de maneira que somente do Poder Executivo poderá determinar se um bem faz ou não parte das políticas públicas a serem adotadas no âmbito do Estado

do Paraná. Assim, quando o projeto de lei que vise autorizar a doação ou cessão de uso de imóvel tiver iniciativa no próprio Poder Executivo, encontraremos respaldo constitucional para o seu normal seguimento, o que não ocorrerá quando a iniciativa tirar origem nesta Casa Legislativa.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisito necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de leis e o interesse público, neste caso no que se refere à Segurança Pública.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade apresentadas pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 225/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, que visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de São José dos Pinhais.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a implantação do Centro de Atendimento ao Adolescente.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/09, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública o Clube do Cavalo de Porto de União da Vitória, com sede e foro no Município de União da Vitória. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 054/09, de 26/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 255/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Ivo, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Clube do Cavalo de Porto de União da Vitória, com sede e foro no Município de União da Vitória, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/09, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a doar, ao Município de Figueira os lotes conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/09, de 08/06/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 274/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de nº 274/09, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a doar lotes de terrenos urbanos ao Município de Figueira-PR, e dá outras providências.

Legitimidade

A questão da legitimidade pode ser resolvida tranquilamente pelo artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná, a qual dispõe o que segue:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XIII - bens do domínio público;

Assim, resta claro que a legitimidade está auferida.

Objeto e Viabilidade

Acerca do projeto de lei, há que se consultar diretamente o artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná, a qual transcreve-se:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Com base nas disposições supra referidas, tem-se que o projeto obedece aos requisitos legais e constitucionais.

Conclusão

Portanto, devido ao respeito aos aspectos constitucionais e legais, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 274/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, que visa autorizar o Poder Executivo Estadual a doar lotes de terrenos urbanos ao Município de Figueira.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o funcionamento da Casa Família Rural.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 10/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2827, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, o requerimento, regimentalmente, não deve ser encaminhado ao Governador, por conta de que existe um Secretário de Estado que é o responsável por essa área do Governo, ou seja, é a supressão de uma instância administrativa que deve responder, de forma objetiva, o requerimento. Então, gostaria de solicitar ao autor, Deputado Jocelito, que pudesse fazer a correção e efetivamente apresentar o requerimento amanhã. O requerimento vai ser aprovado, até porque penso que ele é pertinente, deve ser respondido, ou seja, os temas aqui são públicos, apenas que seja endereçado ao Secretário da Comunicação Social do Estado do Paraná. Se V. Exa. concordar, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Consulto o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu pediria a V. Exa. se dá para escrever aí, só trocar o nome do Governador pelo Secretário, como tem feito aqui na Casa, eu vou aí e escrevo eu mesmo e aí fica resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por questão de economia processual, não há nada que impeça e eu coloco em votação o requerimento do Deputado Jocelito Canto. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2862, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2855 e 2856, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2899, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2853, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2860, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2863 a 2868 e 2870 a 2889, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2898, de autoria do Deputado Elton Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2859 e 2900, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2901, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2902 e 2904, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2852, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2854, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2861, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 2890 a 2895, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2907, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2903, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, com apoio do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 083, 206, 225, 255 e 274/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016, 049, 208 e 260/09 e do Projeto de Resolução nº 014/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissões****Constituição e Justiça**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Caíto Quintana, Duílio Genari, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira, Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Reni Pereira. Passou-se à Ordem do Dia: O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação dos Projetos de Lei nºs 263, 166, 196, 246 e 271/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento. APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 263/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 02) Projeto de Lei Complementar nº 166/09, de autoria do Deputado Francisco Bühner - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 059/91. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 196/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura. APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 246/09, de autoria da

Deputada Cida Borghetti - Altera dispositivos da Lei nº 6174/70. O Sr. Deputado Duílio Genari SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 271/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 496/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 496/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli às emendas de Plenário, na forma da subemenda anexa - APROVADO, com voto contrário do Deputado Reni Pereira. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 241/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 241/09, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO. O Sr. Deputado Caíto Quintana apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 013, 144, 169, 188, 207 e 220/09; Proposição-Veto nº 019/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 013/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 09) Projeto de Lei Complementar nº 144/09, de autoria do Deputado Professor Lemos - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 100/03. O Sr. Deputado Tadeu Veneri SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 169/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer do Deputado Caíto Quintana pela DEVOLUÇÃO da matéria ao autor - DEFERIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 188/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 207/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 220/09, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 14) Proposição-Veto nº 019/09, de autoria do Poder Executivo - Veto o Projeto de Lei nº 490/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana ao encaminhamento à Plenário - APROVADO. O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 189, 211, 219, 247 e 274/09; Projeto de Decreto Legislativo nº 001/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 189/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 211/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 17) Projeto de Lei Complementar nº 219/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 247/09, de autoria do

Poder Judiciário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira à emenda do Poder Judiciário - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 274/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 20) Projeto de Decreto Legislativo nº 001/09, de autoria do Deputado Elio Rusch - Susta os efeitos do Decreto nº 1.378/07. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Francisco Bühner apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 072, 074, 212, 213, 252 e 262/09 e Proposição-Veto nº 044/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 072/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 074/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente; 23) Projeto de Lei nº 212/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 213/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 252/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 262/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 27) Proposição-Veto nº 044/09, de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 847/07, de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner ao encaminhamento à Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da reunião anterior - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 190/08, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por

encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença da Deputada Rosane Ferreira. O Sr. Presidente declara aberta a presente reunião, agradecendo a presença dos representantes do IAP - Instituto Ambiental do Paraná; da SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; da SUDERHSA - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental; do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; da COPEL - Companhia Paranaense de Energia; da COMEC - Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba; da AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária; da Prefeitura e da Câmara de Vereadores de Araucária; e da REPAR - Refinaria Getúlio Vargas; que prontamente compareceram para participar da reunião sobre a implantação de uma Unidade de Conservação e Proteção Integral no Ecossistema Várzeas da Alta Bacia do Rio Iguaçu nos Municípios de Araucária, Contenda, Balsa Nova e Lapa, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a todos os presentes, dando por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência da Sra. Deputada Rosane Ferreira. Havendo número legal, a Sra. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da reunião anterior - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 515/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL na forma das emendas em anexo do Deputado

Luiz Eduardo Cheida - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência da Sra. Deputada Rosane Ferreira. Havendo número legal, a Sra. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da reunião anterior - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 790/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Eduardo Cheida - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) ROSANE FERREIRA - Presidente
Luciane Andretta - Secretária

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças na sala de reuniões das comissões, às 13:15 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos senhores deputados: Dobrandino da Silva, Elton Welter, Luiz Nishimori, Antonio Belinati, Duílio Genari e ainda os deputados Douglas Fabrício e Tadeu Veneri. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao secretário da Comissão que procedesse a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Elton Welter pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. Informando que o item 01 (um) da pauta é o Projeto de Lei nº 470/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 936/08, que altera a estrutura organizacional dos serviços do foro judicial e cria o Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário, em observância do disposto no art. 1º §§ 5º e 6º, Lei nº 14.277/03 que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado

do Paraná. Para tanto, e conforme a solicitação do Deputado Relator Deputado ELTON WELTER, foram convidadas as seguintes entidades: Desembargador JOSÉ ANTONIO VIDAL COELHO, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, não compareceu e não enviou representante; ANTONIO MARCOS PACHECO, e ALTAMIR JOSÉ NARCISO, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado do Paraná - ASSOJEPAR; JOSÉ ROBERTO PEREIRA e MÁRIO CANDIDO DE OLIVEIRA, respectivamente, Coordenador Geral e Secretário da Associação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná - SINDIJUS, não compareceram. Mas, o referido sindicato foi representado pelo Diretor, senhor AMAURI DA SILVA FERNANDES; LUIZ ALBERTO NAME, Presidente da Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná - ASSEJEPAR enviou seu representante Senhor CARLOS DIRCEU DE MASSOLINI PACHECO; ALBERTO DE PAULA MACHADO, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, não compareceu e não enviou representante. A seguir o Senhor Presidente comunica a presença de representantes da Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário, do SINDJUSTIÇA de Goiás, SINDJUSC de Santa Catarina e SINDJUS do Rio Grande do Sul. Na sequência fez uso da palavra o Senhor Relator, e em seguida fizeram suas explanações os senhores: ANTONIO MARCOS PACHECO E ALTAMIR JOSÉ NARCISO; AMAURI DA SILVA FERNANDES e ainda ALESSANDRO PICKCIUS, representante da Federação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. A ASSEJEPAR não se pronunciou e cedeu seu espaço a ASSOJEPAR. Após ouvir as entidades representativas, o senhor relator Deputado Elton Welter, requer a Presidência da Comissão, a prorrogação do prazo para apresentação de seu Relatório, tendo em vista as considerações feitas pelos representantes dos oficiais de justiça e demais servidores do Judiciário, e possíveis emendas a serem apresentadas. O Senhor Presidente defere o pedido. Nesse momento, o Presidente sugere a inversão da pauta sendo aprovada. 01) PROJETO DE LEI Nº 516/08 - AUTOR PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 041/08, objetiva instituir o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais (objetiva conscientizar e mobilizar a sociedade paranaense para discutir essa questão, tendo em vista que a maioria dos governos já criaram instrumentos nesse sentido). RELATOR DEPUTADO LUIZ NISHIMORI. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) PROJETO DE LEI Nº 498/08 - AUTOR PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 038/08, propõe alterações da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003. (Lei do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). RELATOR DEPUTADO DOBRANDINO DA SILVA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) PROJETO DE LEI Nº 497/08 - AUTOR PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 037/08, objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir

Programa de Residência Técnica no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo do Estado do Paraná. (visa a valorização do profissional recém-graduado será desenvolvido no âmbito das secretarias e órgãos do Estado). RELATOR DEPUTADO DOBRANDINO DA SILVA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) PROJETO DE LEI Nº 374/08 - AUTOR PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 027/08, dispõe que a Procuradoria Geral do Estado poderá autorizar a desistência da ação de execução fiscal e arquivamento definitivo do processo, sem a renúncia dos respectivos créditos tributários. RELATOR DEPUTADO DOBRANDINO DA SILVA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) PROJETO DE LEI Nº 393/08 - AUTOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - OFÍCIO Nº 765/08, estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná. RELATOR DEPUTADO ELTON WELTER. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) PROJETO DE LEI Nº 323/08 - AUTOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - OFÍCIO Nº 538/08, concede reajuste de 5% (cinco por cento) sobre os vencimentos básicos dos cargos de provimento em comissão do Quadro de Servidores do Poder Judiciário. RELATOR DEPUTADO ANTONIO BELINATI. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Tudo transcorreu conforme notas taquigráficas parte integrante da presente ata. O Senhor Presidente marcou outra reunião extraordinária para amanhã às 13:00 horas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e oito, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças na sala de reuniões da Presidência, às 13:00 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais as presenças dos senhores deputados: Dobrandino da Silva, Elton Welter, Luiz Nishimori, Antonio Belinati. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao secretário da Comissão que procedesse a leitura da ata da reunião anterior. O Deputado Elton Welter pede dispensa da leitura, sendo dispensada e aprovada. Informando que a pauta do dia é a discussão sobre o Projeto de Lei nº 470/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 936/08, que altera a estrutura organizacional dos serviços do foro judicial e cria o Quadro de Pessoal do 1º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário, em observância do disposto no art. 1º §§ 5º e 6º, Lei nº 14.277/03 que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná. O

Presidente Nelson Justus se fez presente na reunião, acompanhado do desembargador Noronha que esteve a disposição dos membros desta Comissão para esclarecer quaisquer dúvidas sobre o Projeto em questão. Os deputados fizeram seus questionamentos e ouviram do desembargador Noronha que todos os direitos e garantias adquiridos pelos oficiais de justiça são garantidos constitucionalmente, portanto eles não sofrerão nenhum tipo de perda. Os atuais cargos serão extintos somente ao vagarem. Salienta ainda, o desembargador que o projeto em tela refere-se a criação de cargos que serão preenchidos por concurso. Os deputados salientam que após os esclarecimentos do desembargador não restam dúvidas sobre a matéria em análise. Na sequência o desembargador pede licença para ausentar-se. Suspensa a reunião por dois minutos. Sendo assim o Senhor Presidente solicita ao Relator que proceda a leitura do relatório. RELATOR DEPUTADO ELTON WELTER. Parecer FAVORÁVEL. O Senhor Deputado Antonio Belinati, esclarece que na reunião de ontem esta Comissão ouviu os oficiais de justiça e hoje o representante do Tribunal de Justiça, motivo pelo qual requer a retirada da pauta desse projeto para analisar-mos as duas vertentes. Colocado em votação o requerimento foi rejeitado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos desta reunião, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

Presidência

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1176

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Uniflor uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Uniflor de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número

131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Uniflor.

Uniflor possui uma população de mais de 2.500 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1177

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Iguaçu uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Iguaçu de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Iguaçu.

Iguaçu possui uma população de mais de 3.800 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1178

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 1 ônibus escolar ao município de Paula Freitas.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subscreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 1 ônibus escolar para o município de Paula Freitas.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Paula Freitas encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,735 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A des-

tinação deste veículo certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Paula Freitas de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1179

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 6 ônibus escolares ao município de Irati.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 6 ônibus escolares para o município de Irati.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Irati encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,743 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Irati de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1180

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Inácio Martins.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolares para o município de Inácio Martins.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Inácio Martins encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com

fator IDH de 0,690 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Inácio Martins de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1181

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Ver. Luiz Maltaca no município de Itaperuçu.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Ver. Luiz Maltaca no município de Itaperuçu.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 600 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessário para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1182

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para a Escola Estadual Terezinha E. Kepp no município de Almirante Tamandaré.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para a Escola Esta-

dual Terezinha E. Kepp no município de Almirante Tamandaré.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 130 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física, em dias de excesso de sol ou chuva.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessário para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1183

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Jardim Paraíso no município de Almirante Tamandaré.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Jardim Paraíso no município de Almirante Tamandaré.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 500 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física, pois a quadra tem apenas um piso e duas travas que estão em situação precária.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessário para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1184

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Ver. Raulino Costacurta no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Ver. Raulino Costacurta no município de Colombo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 900 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessário para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1185

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Floresta uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Floresta de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Floresta.

Floresta possui uma população de mais de 5.300 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1186

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja

destinado ao município de Lobato uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Lobato de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Lobato.

Lobato possui uma população de mais de 4.200 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1187

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Mandaguaçu uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Mandaguaçu de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Mandaguaçu.

Mandaguaçu possui uma população de mais de 18.300 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1188

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de libera-

ção de 4 ônibus escolares ao município de São Mateus do Sul.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subscreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 4 ônibus escolares para o município de São Mateus do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

São Mateus do Sul encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,766 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios.

A presente solicitação visa especialmente dotar o município de São Mateus do Sul de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1189

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Antonio Olinto.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subscreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolares para o município de Antonio Olinto.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Antonio Olinto encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,711 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios.

A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Antonio Olinto de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1190

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 3 ônibus escolares ao município de Rio Azul.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 3 ônibus escolares para o município de Rio Azul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Rio Azul encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,738 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que freqüentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Rio Azul de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1191

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Vereador Pedro Piekas no município de Almirante Tamandaré.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Vereador Pedro Piekas no município de Almirante Tamandaré.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Colégio atende aproximadamente 700 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física, em dias de excesso de sol ou chuva.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim prote-

gendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1192

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Heráclito F. Sobral Pinto no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Heráclito F. Sobral Pinto no município de Colombo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Colégio atende aproximadamente 1 mil e 449 alunos e não dispõe de estrutura adequada para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física, em dias de excesso de sol ou chuva.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1193

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Helena Kolody no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Helena Kolody no município de Colombo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Colégio atende aproximadamente 1 mil 898 alunos e não dispõe de local apropriado para as necessi-

dades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Por essa razão consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1194

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Tancredo A. Neves no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Tancredo A. Neves no município de Colombo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Colégio atende aproximadamente 839 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda a comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1195

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere a doação de um microônibus ao município de Paçandu.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - doação de um microônibus ao município de Paçandu;

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Paçandu, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Esportes do município de Paçandu não possuem um ônibus para atender as necessidades da comunidade.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 11/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1196

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Maringá uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Maringá de recursos para a construção de uma (01) unidade da Biblioteca Cidadã.

Conhecendo o grande interesse do Governo do Estado em ampliar a rede de bibliotecas nos municípios deste estado, indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, através do item 2273, do Orçamento do Estado do Paraná, que se refere à Administração das Políticas de Ação e Inserção Cultural, cuja meta ou ação é número 131, que se refere à construção da Biblioteca Cidadã, no município de Maringá.

Maringá possui uma população de mais de 325.968 habitantes, o que justifica o pedido deste Parlamentar.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1197

Autoria do Deputado Jocelito Canto

SÚMULA:

Sugere que os aprovados em concurso público em todo o Estado do Paraná sejam notificados do chamamento e dos prazos a serem cumpridos através de envio de correspondência e não apenas por meio eletrônico.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que os aprovados em concurso público em todo o estado do Paraná sejam notificados quando do chamamento e dos prazos a serem cumpridos através de envio de correspondência e não apenas por meio eletrônico.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Atualmente os comunicados referentes à concursos públicos tem sido feitos através de meio eletrônico, nos sites dos organizadores e elaboradores das provas, sendo que os próprios editais assim prevêm. Porém, uma grande parcela da população em nosso estado ainda não tem acesso gratuito à internet, o que acaba provocando

perda de prazo para cumprimento das etapas pós aprovação, com a conseqüente perda da vaga.

Assim sendo, é de importância inquestionável que tal parcela da população tenha salvaguardado seu direito de ser comunicado, através de correspondência, quando das etapas a serem cumpridas após a aprovação em concurso público, evitando sua desclassificação por não poder acessar os meios eletrônicos de informação. Para tanto, solicitamos o apoio dos Srs. Deputados, aprovando a presente indicação, que esperamos seja acatada pelo Poder Executivo.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1198

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Paçandu um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Paçandu de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

O Governo do Estado tem grande interesse no atendimento do transporte escolar dentro dos municípios, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Educação, para que sejam destinados os recursos necessários visando a aquisição de ônibus que facilitará o transporte de alunos no município de Paçandu.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1199

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Secretária de Estado da Cultura e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Paçandu uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Paçandu de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

O Governo do Estado tem grande interesse no desenvolvimento do seu projeto de incentivo à leitura e conhecimento dentro dos municípios, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Cultura, para que sejam destinados os recursos necessários visando a construção de uma unidade da Biblioteca Cidadã no município de Paçandu.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1200

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica à Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja destinado ao município de Santa Fé um (01) microônibus apropriado para o transporte escolar para ser conveniado com a APAE.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Santa Fé de um (01) microônibus apropriado para o transporte escolar, para ser conveniado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

O Governo do Estado pretende ampliar o seu atendimento a rede de ensino especial do estado, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Educação, para que através da Prefeitura Municipal de Santa Fé seja feita a aquisição de veículos para o transporte dos alunos da Escola de Especiais da APAE, no município de Santa Fé.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1201

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Paçandu uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Paçandu de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Paçandu.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1202

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná,

seja construído no município de Marialva uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Marialva de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Marialva.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1203

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Maringá uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Maringá de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Maringá.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1204

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Iguaçu uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Iguaçu de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Iguaçu.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1205

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Ivaí.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subscreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolares para o município de Ivaí.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Ivaí encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,701 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que freqüentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Ivaí de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1206

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 3 ônibus escolares ao município de Guamiranga.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subscreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 3 ônibus escolares para o município de Guamiranga.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Guamiranga encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com

fator IDH de 0,702 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Guamiranga de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1207

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 3 ônibus escolares ao município de Rebouças.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 3 ônibus escolares para o município de Rebouças.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Rebouças encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,711 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Rebouças de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1208

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 6 ônibus escolares ao município de Prudentópolis.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 6 ônibus escolares para o município de Prudentópolis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Prudentópolis encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,733 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios.

A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Prudentópolis de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1209

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de São João do Triunfo.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolares para o município de São João do Triunfo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

São João do Triunfo encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,679 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios.

A presente solicitação visa especialmente dotar o município de São João do Triunfo de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1210

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Paulo Frontin.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Edu-

cação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolares para o município de Paulo Frontin.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, EM 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Paulo Frontin encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,735 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Paulo Frontin de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1211

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 3 ônibus escolares ao município de Mallet.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 3 ônibus escolares para o município de Mallet.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Mallet encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,761 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Mallet de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1212

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 4 ônibus escolares ao município de Fernandes Imbituva.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subcreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 4 ônibus escolares para o município de Imbituva.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Imbituva encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,727 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que frequentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Imbituva de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

Parecer

Parecer: nº 134/09-PG

Protocolo: nº 6063/09

Interessado: Odebrecht Comércio e Indústria de Café Ltda.

Assunto: Rompimento unilateral de contrato

Sr. Diretor Geral:

Versa o expediente sobre “Defesa Prévia” apresentada por Odebrecht Comércio e Indústria de Café Ltda., contratada para a realização do objeto do Pregão Eletrônico nº 16/2008 para o fornecimento de 500 quilos de café em pó, torrado e moído, extra forte, grãos selecionados de 1ª qualidade, embalados pelo processo de vácuo puro, embalagem de 500 gramas.

O requerente sustenta que através de correspondência tomou ciência do rompimento unilateral de contrato que mantinha com este Poder, sob o fundamento que não teria cumprido com o cronograma de entrega. Prossegue afirmando que tal circunstância exige o respeito ao devido processo legal e que deveria ser aplicada multa pela falta que cometeu, sendo que o rompimento contratual e medida excepcional.

Finaliza se dispondo a cumprir fielmente o contrato, com pagamento de multa, desde que seja restabelecido o vínculo contratual em virtude da boa-fé com que agiu.

No despacho do fls. 10, o diretor geral informa que a requerente fornecia café de má qualidade, com diversas reclamações sobre o sabor e determina, em caso de necessidade, o exame pericial das amostras.

A Diretoria de Apoio Técnico instruiu o expediente com cópia do contrato ora rescindido, cópia da notificação de cancelamento do pedido e cópia da solicitação de empenho prévio, em regime de urgência, para custear o fornecimento não atendido pela requerente.

É o breve relato dos fatos.

Passo a me manifestar.

É fato incontroverso que houve descumprimento contratual no que diz respeito à não entrega do produto contratado dentro do prazo. Tanto assim que a administração necessitou empenho prévio para atender com urgência o contrato não cumprido (cf. fls 18). Nem mesmo a requerente fez qualquer afirmação que teria entregue os produtos dentro do prazo contratual, de forma que esta circunstância reveste-se de certeza.

Este fato, por si só, justifica a rescisão unilateral do contrato, conforme previsto no artigo 79, inciso I da Lei nº 8666/93.

Insta esclarecer que a rescisão unilateral do contrato, longe de se constituir uma sanção ao não cumprimento de cláusula contratual, serve ao propósito de permitir à administração a contratação emergencial do objeto não entregue. As sanções administrativas, estas sim, estão descritas no artigo 87 da Lei nº 8666/93, dispositivo que o requerente usa como fundamento ao pedido.

É sobre estas sanções que o citado dispositivo ressalva a garantia da defesa prévia à contratada.

De igual forma, o contrato entre as partes também prevê e autoriza a rescisão com fundamento nas situações previstas no artigo 78 da Lei nº 8666/93.

Não, portanto, reparo a ser promovido na conduta da administração referente à rescisão contratual, destacando que o devido processo administrativo

poderá ser promovido para aplicação das sanções previstas no artigo 87, com o imprescindível respeito a defesa prévia.

Em face de todo o exposto, S.M.J., opino pelo indeferimento do requerimento formulado por Odebrecht Comércio e Indústria de café Ltda. sob o equivocado título de defesa prévia.

Manifesto-me, ainda, na eventualidade de haver interesse desta Casa em aplicar as sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8666/93 e daquelas previstas no contrato entre as partes, pela instauração do devido ao processo administrativo.

Quanto ao item 3 do despacho de V.Sa. às fls. 10 deste protocolado, havendo a instauração do procedimento administrativo, mister que se mantenha amostras do produto fornecido para eventual análise laboratorial.

Este é o parecer, que submeto à apreciação de V. Sa. sob censura.

Curitiba, em 27/05/09.

(a) ERON ABOUD - Procuradoria-Geral

DESPACHOS

Coordenadoria de Contabilidade

Ao Sr. diretor geral com o parecer.

Em 03/06/2009

(a) JEMIMA DE O. S. FONSECA

Diretoria Geral

1 - Acato parecer da procuradoria e mantém-se o cancelamento do contrato

2 - A D.S.E. para publicação.

Em 08/06/09

(a) ABIB MIGUEL

